
Primeira República: um balanço historiográfico

*Ângela de Castro Gomes
Marieta de Moraes Ferreira*

1. Como Introdução e como precaução

E escrever um ensaio bibliográfico discutindo a literatura sobre a Primeira República no Brasil é um empreendimento difícil e arriscado, só justificável neste ano do centenário pelo desejo de contribuir com um pouco de nossa experiência de trabalho acumulada. Como todos os textos que discutem produção bibliográfica, este, em especial, exigiu critérios prévios, uma vez que é sempre impossível dar conta de tudo o que se escreveu sobre um determinado assunto. O problema se complica ainda mais quando este assunto é a nossa primeira fase republicana, alvo de muita atenção no momento em que o país comemora cem anos de República após cerca de trinta anos sem eleições para presidente.

A primeira escolha que fizemos foi, portanto, a de trabalhar com a Primei-

ra República. Isto é, trata-se de uma incursão às nossas "origens" como regime político. Em segundo lugar, optamos por incluir em nosso universo de análise livros e artigos produzidos na área das ciências sociais com este explícito enfoque histórico. Assim, escolhemos, de um lado, examinar textos considerados clássicos pelas contribuições e debates que desencadearam quando produzidos e que de certa forma permanecem como referências obrigatórias até hoje, e, de outro, escolhemos também discutir uma bibliografia mais atual que retoma estas interpretações consagradas para sobre elas se debruçar, propondo linhas de análise renovadoras.

Nossa preocupação foi também a de examinar trabalhos de fácil acesso ao público em geral, não incluindo — a não ser excepcionalmente — teses acadêmicas ainda não publicadas. Esta estratégia reduz o campo de reflexão, mas a consi-

Nota: Este trabalho contou com a colaboração da estagiária, Beatriz Kushnir que nos auxiliou no levantamento bibliográfico.

deramos necessária para a viabilização desse ensaio.

Finalmente, optamos por não incluir os chamados textos de época, produzidos no momento da Proclamação e contemporâneos à Primeira República, entre os quais se destacam aqueles datados da década de 20, quando um balanço do experimento republicano se impôs pela comemoração de um outro centenário: o da Independência, em 1922. Sem dúvida a mais importante tradução deste clima de reflexão crítica é o livro *À margem da história da República*, organizado por Vicente Licínio Cardoso. Contando com a colaboração de um “grupo muito representativo de intelectuais da época”, o texto foi publicado em 1924 e só veio a ser reeditado pela Universidade de Brasília em sua coleção “Biblioteca do Pensamento Político Republicano” em 1981. Vale a pena atentar para este longo espaço de tempo e, naturalmente, considerar suas implicações. Muitos outros livros produzidos no mesmo período poderiam ser citados e comentados, mas consideramos que o exame desta numerosa e valiosa produção era empreendimento para outro ensaio bibliográfico, o que seria esforço e pretensão excessivos para nós.

Realizadas todas estas escolhas, restava ainda a definição da própria estratégia de organização da bibliografia. Neste caso, algumas observações são necessárias. Nosso objetivo aqui é apenas o de produzir um certo mapeamento do terreno, apontando os caminhos mais percorridos, as veredas que cruzam estes caminhos e os espaços pouco investigados: os “sertões” ainda parcamente conhecidos após cem anos. Desta forma, é nossa preocupação assinalar o peso relativo da produção bibliográfica sobre certos temas e o vazio sobre outros.

É igualmente nosso objetivo realizar uma certa reflexão sobre o contexto político e intelectual em que boa parte desta produção emergiu. Aí vale destacar que é praticamente após 1964 que a Primeira República torna-se alvo privilegiado de atenção para historiadores, sociólogos, cientistas políticos, economistas, pedagogos etc. É também significativo chamar atenção para o impacto que a presença dos chamados “brasilianistas” provocou neste contexto. Foi a partir de meados dos anos 60 que eles chegaram em grande número ao Brasil e, principalmente, que seus trabalhos começaram a ser publicados em português. As temáticas da urbanização, da industrialização, do regionalismo e do federalismo são alguns destaques que precisam desde logo ser assinalados. A aceitação e a influência destes estudos e a desconfiança e as polêmicas que eles criaram são também características que marcam a produção historiográfica sobre a Primeira República.

Uma última escolha teve que ser realizada. Como apresentar um material bibliográfico tão vasto e heterogêneo? Nossa opção mais ampla foi organizá-lo segundo a estratégia dos atores políticos na Primeira República, assinalando não só que este foi um momento chave no processo de formação de atores coletivos em nosso país, como também acompanhando a trajetória daqueles que julgamos mais importantes, até mesmo pela atenção que lhes dispensa a literatura. Contudo, alguns temas não puderam ser tratados nesta perspectiva. Este é o caso das questões que envolvem a economia do período — agricultura, indústria e finanças —, onde as reflexões acerca da bibliografia tiveram que assumir um caráter temático.

Finalmente gostaríamos de esclarecer que uma fonte importante para nosso trabalho foi o *Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1983*. Como se trata de obra de referência, preferimos registrar aqui sua contribuição. De resto, não temos ilusões quanto ao fato de que um ensaio desta natureza sempre contém omissões e falhas, em relação às quais somos inteiramente responsáveis. Consideramos, assim, que corremos um risco desagradável, mas de certa forma inevitável e, talvez impropriamente, solicitamos a complacência dos leitores.

2. Os "donos" da Primeira República

Fazer uma reflexão sobre a produção historiográfica relativa às oligarquias na Primeira República nos conduz de imediato a citar alguns trabalhos clássicos. Quer pelo pioneirismo de suas contribuições, quer pela influência que exerceram nos debates nas décadas posteriores, merecem destaque as obras de Vitor Nunes Leal (1949), José Maria Belo (1952), Afonso Arinos de Melo Franco (1955), Leôncio Basbaum (1957), Nelson Werneck Sodré (1958) e Celso Furtado (1959), entre inúmeros outros.

Mas além desse conjunto de trabalhos, deve-se observar que emerge também uma linha de interpretação sobre o sistema político oligárquico brasileiro na Primeira República que, a despeito de diferenças específicas, destaca a idéia de que havia uma contradição fundamental entre o setor agrário-exportador e os setores urbano-industriais. Nessa luta, as classes médias teriam o papel de vanguarda das reivindicações burguesas. Alguns dos trabalhos fundamentais que ilustram esta perspectiva são Nelson

Werneck Sodré (1962) e Hélio Jaguaribe (1962), entre vários outros.

Segundo este modelo de análise, expresso de maneira clara especialmente na obra de Werneck Sodré, *Formação histórica do Brasil* (1962), a Primeira República é pensada em termos de um sistema de dominação do latifúndio, cuja dinâmica se configura em três fases: a da implantação, em que haveria um predomínio do poder da classe média através da atuação dos militares; a da consolidação, em que o controle exclusivo estaria nas mãos das oligarquias latifundiárias; e a do declínio, marcada pela expansão da burguesia industrial e da classe média, e pela disputa desses setores pelo controle do poder. Assim, a Revolução de 30 representou um conflito entre o setor industrial e agrário ou, na expressão do autor, uma luta entre a burguesia e o latifúndio.

Este tipo de enfoque sobre a Primeira República está inscrito dentro de um modelo mais amplo de interpretação da realidade brasileira cuja tese central defende a existência de dois setores sócio-econômicos básicos: o pré-capitalista, localizado no campo e expresso através do latifúndio, onde predominam relações de tipo semifeudal; e o urbano-capitalista, que deu origem a uma burguesia industrial e às classes médias urbanas. Um dos desdobramentos desta concepção é a caracterização dos conflitos de classe no país como resultado do antagonismo entre o latifúndio — aliado ao imperialismo — e as forças nacionais — constituídas de segmentos da burguesia nacional, da pequena burguesia e das classes populares.

Este modelo de interpretação, defendido em linhas gerais e de forma significativa pelo Partido Comunista Brasileiro, ganhou novas forças nos anos 50 com

a incorporação de algumas dessas teses pelo movimento nacionalista. Com o movimento militar de 64 e a conseqüente impossibilidade de manutenção dessas teses, abriram-se espaços para interpretações inovadoras acerca da realidade brasileira. Um trabalho pioneiro nesse quadro, ainda que sem ter relação específica com a Primeira República, foi a Revolução brasileira de Caio Prado Jr. (1966). Voltada para a crítica das atividades políticas da esquerda brasileira, em especial do PCB, a obra apontava os equívocos dessas teses e, em decorrência, os erros cometidos na elaboração das estratégias de ação política.

Os debates produzidos pelo livro de Prado Jr. produziram seus primeiros frutos, no que diz respeito a uma revisão das interpretações sobre a Primeira República, com a publicação do artigo de Paula Beiguelman, "A propósito de uma interpretação da história da República" (1967). Nesse artigo, a autora se propõe a analisar criticamente as teses de Werneck Sodré, defendendo a ausência de contradições fundamentais entre setor agrário e setor urbano-industrial no Brasil.

Tomando como referência a própria periodização proposta pelo autor, Paula Beiguelman afirma que a primeira fase republicana não representou uma dominância dos setores urbano-industriais, e que a política econômica implementada no período não foi uma resposta direta aos interesses urbanos. Acrescenta ainda que, pela própria natureza do setor urbano de então, seu antagonismo com o setor exportador era apenas superficial. Em relação à segunda fase, que para Werneck Sodré representou o triunfo do latifúndio sobre as demais classes, a autora faz igualmente uma crítica severa, apontando a simplificação da análise.

Finalmente, para os anos 20, Beiguelman afasta a idéia de que a agitação da década e a Revolução de 30 tivessem representado uma luta entre burguesia e latifúndio. No seu entender, uma explicação alternativa pode ser buscada na eclosão de uma crise institucional, referida à transformação das bases estruturais que haviam dado sentido ao sistema político-administrativo descentralizado. Além disso, uma vez criado um núcleo econômico voltado para o mercado interno, passível de transformar-se em componente dinâmico, alterava-se a posição do setor agrário exportador dentro da economia nacional. Finalmente, a crise instalada no setor cafeeiro contribuiu para pôr em evidência a necessidade de remediar o progressivo empobrecimento de outras áreas do país. Um aprofundamento de algumas destas hipóteses de Paula Beiguelman para as primeiras décadas republicanas foi realizado por Eduardo Kugelmas no artigo intitulado "A Primeira República no período de 1891 a 1909" (1967).

Um outro texto fundamental de crítica às teses dominantes nos anos 50 e 60 é o trabalho de Maria do Carmo Campelo de Sousa publicado na coletânea organizada por Carlos Guilherme Mota, *Brasil em perspectiva* (1968). Integrado ao espírito da obra, que tinha como premissa colocar todo o passado brasileiro em questão, o artigo de Campelo de Sousa sobre a Primeira República propõe-se a avançar na revisão das teses tradicionais sobre o período. Tendo como eixo central a análise do processo político-partidário, a autora conduz seu argumento no sentido de demonstrar que o desenvolvimento industrial não criou um antagonismo com o antigo setor exportador e que havia uma complementaridade de interesses das duas esferas econômicas.

Partindo dessa perspectiva, a autora vai retomar a análise das conjunturas classicamente consideradas como de expansão dos setores urbanos (governos Deodoro, Floriano Peixoto, Hermes da Fonseca e a década de 20) para demonstrar que esses períodos não representaram perda para os interesses das oligarquias. Seu trabalho aborda ainda a caracterização da organização política republicana e traça um quadro evolutivo dos diferentes governos, dando ênfase à montagem do pacto oligárquico e da política dos governadores. Dentro dessa mesma linha de interpretação, deve ser assinalado o artigo de Boris Fausto, "A Revolução de 30", também publicado em *Brasil em perspectiva*.

Ainda que não incluídos diretamente nesse debate, mas como uma contribuição importante para o conhecimento da Primeira República, devem ser lembrados os diversos trabalhos de Edgar Carne (1969, 1970, 1971), que propiciaram aos estudiosos do período o acesso a uma grande quantidade de valiosas informações, além do conhecimento de corpos documentais importantes.

Retomando o debate a partir de seus próprios trabalhos e das contribuições de Beiguelman e de Campelo, Fausto publicou, em 1970 o livro *A Revolução de 30: história e historiografia*. Nesse texto, o autor, através de uma análise historiográfica, aprofunda as críticas às concepções que interpretam os conflitos da Primeira República como fruto das contradições antagônicas entre o setor agrário-exportador e setores urbano-industriais, e a Revolução de 1930 como o resultado final desse embate. Em seguida, propõe-se a precisar o significado desse movimento político, caracterizando-o como resultado de conflitos intra-oligárquicos fortalecidos por movimentos militares

dissidentes, que tinham como objetivo golpear a hegemonia da burguesia cafeeira. Contudo, em virtude da incapacidade das demais frações de classe para assumir o poder de maneira exclusiva e, com o colapso político da burguesia do café, abriu-se um vazio de poder. A resposta para essa situação foi o Estado de compromisso.

Em 1972, como um aprofundamento de seus trabalhos anteriores, Boris Fausto publicou *Pequenos ensaios de história da República*. A intenção destes textos era apresentar as linhas gerais da formação social brasileira e seu sistema político durante a Primeira República. Uma das idéias centrais do autor é que a concentração das atividades econômicas em áreas geográficas definidas propiciou a formação no país de uma estrutura regional de classes. As oposições entre os diferentes grupos regionais no interior da classe dominante ganharam mais importância do que as divisões setoriais (burguesia agrária, comercial, industrial).

Com esta afirmação, Fausto não só aprofunda as críticas às interpretações dualistas (contradições entre oligarquias agrárias e setores urbano-industriais), como oferece novas contribuições no sentido de melhor explicitar o papel da oligarquia cafeeira. Em suas palavras: "(...) sua capacidade de articulação permitiu que ela fosse mais que beneficiária da ação do Estado e que forjasse as instituições estatais e as transformasse no instrumento do seu interesse" (1972, p. 5).

Ainda nos anos 70, Boris Fausto assumiu a coordenação dos trabalhos da coleção "História Geral da Civilização Brasileira", até então dirigida por Sérgio Buarque de Holanda. Em 1975 a 1976 foram publicados os dois volumes de *O Brasil republicano* dedicados à Primeira República: *Estrutura de poder e econo-*

mia (vol. 8) e *Sociedade e instituições* (vol. 9). A orientação adotada para a publicação desses volumes foi a pluralidade, com vistas a incorporar a colaboração de autores com diferentes orientações teórico-metodológicas. A contribuição destes trabalhos, ao propiciar um painel dos principais temas do primeiro período republicano, foi fundamental.

Ainda no campo dos estudos sobre as oligarquias, deve ser enfatizada a contribuição dos brasilianistas que se dedicaram aos estudos de corte regional, tais como Love (1975 e 1982), Wirth (1975) e Levine (1975). Estes autores desenvolveram juntos um projeto comparativo sobre as elites oligárquicas nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco, abarcando o período da Proclamação da República ao Estado Novo. Love já havia anteriormente publicado um estudo sobre o Rio Grande do Sul, e Eul Soo Pang publicou, em 1979, um estudo sobre a oligarquia baiana.

Um balanço acerca da produção bibliográfica das décadas de 60 e 70, a despeito de suas especificidades, demonstra que foi privilegiada a idéia de que a hegemonia política da oligarquia paulista, em aliança com a mineira, sustentava-se na preeminência da economia exportadora cafeeira. Em decorrência, o arranjo político oligárquico entre São Paulo e Minas ditava de forma nítida a orientação do governo federal.

As bases de sustentação dessa perspectiva de análise podem ser encontradas no texto clássico de Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil* (1959). O núcleo central de seu argumento pautava-se no fato de que o Executivo sempre teria atuado no sentido de sustentar os planos de valorização do café, e que a política financeira sempre esteve voltada para beneficiar este setor. Celso Furtado

defendia a idéia de uma quase total subordinação da política econômica do governo federal aos desígnios do setor cafeeiro. Como desdobramento dessa tese, o autor elaborou o conceito de socialização de perdas, por entender que, através de mecanismos de depreciação cambial, foram socializados os prejuízos das oligarquias, provenientes do declínio dos preços do café no mercado externo, em várias conjunturas.

Visando relativizar essas interpretações que privilegiam a oligarquia cafeeira como um ator fundamental e quase exclusivo na condução da política do período, tem surgido um significativo número de trabalhos. Neste caso, contribuições interessantes têm partido de economistas dedicados ao estudo da política econômica e financeira da Primeira República.

Já na primeira metade dos anos 70 os trabalhos de Pelaez (1971) e Vilela e Suzigan (1973) apresentavam a idéia de que a condução da política econômica teria sido predominante e constantemente influenciada pela utilização de princípios ortodoxos de política monetária fiscal e cambial, e assim não seria um reflexo direto dos interesses cafeeiros. Estes trabalhos, embora não tenham formulado explicitamente uma explicação do porquê da utilização das doutrinas ortodoxas pelos homens públicos brasileiros, abriram caminhos para um questionamento das teses que interpretavam a política econômica da Primeira República como decorrência imediata dos interesses do café.

Esta revisão assumiu novas dimensões com a publicação dos trabalhos de Winston Fritsch, "Aspectos da política econômica no Brasil: 1906-1914" (1980), "1924" (1980) e "Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1980"

(1989). Neles o autor questiona o pressuposto de que a política econômica do governo federal teria consistentemente favorecido os interesses corporativos da oligarquia cafeeira. Sem negar a posição hegemônica desta oligarquia no Estado brasileiro, Fritsch relativiza as afirmações de que o governo federal sempre se curvou às pressões da cafeicultura, no sentido de apoiar programas de valorização do café e de favorecer a depreciação cambial. Baseando suas análises numa ampla pesquisa documental, sustenta que o governo federal ou negou seu apoio aos planos de valorização, como em 1906 e 1929, ou apenas interveio de maneira esporádica e limitada.

A explicação para essa forma de procedimento deve ser buscada, segundo Fritsch, nas pressões contrárias provenientes de outros grupos oligárquicos regionais, bem como na oposição dos banqueiros internacionais. Nos momentos em que auxílios mais efetivos foram concedidos à cafeicultura, essas iniciativas não significaram a intenção de dar um tratamento preferencial ao setor cafeeiro, mas antes de tudo, a de evitar que um declínio demasiado dos preços do café trouxesse graves consequências para o desempenho da economia como um todo.

Mais recentemente, este debate tem tido novos desdobramentos, sendo privilegiada como conjuntura de análise, principalmente, a fase de transição do Império para a República. Neste caso, vale citar os trabalhos de Barroso Franco (1983) (1989) e Steven Topik (1987).

A principal contribuição de Barroso Franco é apresentar explicações acerca das origens das motivações econômicas para a adoção de políticas ortodoxas em várias conjunturas. De acordo com seu argumento, o enraizamento de uma ori-

entação econômica ortodoxa se deveria à generalização da crença, nascida nos primórdios da República, de que a desvalorização cambial era um fruto do excessivo crescimento das emissões de moeda. Dessa forma, as reformas de 1898/1900, ao permitirem a expansão monetária, teriam cumprido o vaticínio metalista: provocaram irremediavelmente a baixa do câmbio.

A aceitação deste diagnóstico teve, na época, como consequências: 1) bloquear quaisquer possibilidades de avanço posterior das reformas monetárias; 2) permitir a ascensão da ortodoxia financeira. Segundo Barroso Franco, a afirmação dessa perspectiva contribuiu grandemente para que fossem adotados pela elite política procedimentos econômicos ortodoxos, muitas vezes contrários e prejudiciais aos interesses específicos da oligarquia cafeeira.

No campo das análises dos historiadores e cientistas políticos, essa tendência para relativizar o papel e o peso de São Paulo e da oligarquia cafeeira tem se ampliado no decorrer dos anos 80. Na verdade, o surgimento de novos trabalhos que têm como foco de análises seja a atuação das demais oligarquias regionais, seja a revisão do papel das oligarquias dominantes — São Paulo e Minas — tem contribuído no sentido de permitir um melhor desenho do sistema oligárquico da Primeira República e de apontar para as complexidades do pacto oligárquico.

Também são contribuições importantes e que atendem aos dois últimos objetivos acima apontados, os trabalhos de José Murilo de Carvalho (1987 e 1989) e de Renato Lessa (1988). *Os bestializados*, ainda que tendo como objeto central de análise a atuação das camadas populares na primeira década republicana,

proporciona ricos elementos para a compreensão das práticas oligárquicas que visavam impedir a extensão da cidadania a contingentes mais amplos da população brasileira. Já o trabalho de Renato Lessa *A invenção republicana*, investiga a gênese e a implantação da ordem política republicana, concentrando sua atenção na análise do papel da política dos governadores como fator de estabilidade da ordem oligárquica. Na mesma linha está o trabalho de Maria de Lourdes Janotti (1986) que, ao voltar-se para a atuação dos grupos monarquistas após a implantação da ordem republicana, oferece subsídios enriquecedores para o entendimento dos conflitos oligárquicos.

Um outro conjunto de textos fundamental para o estudo das oligarquias na Primeira República é aquele que teve como questão principal a relação entre o público e o privado. A obra pioneira e que deu uma contribuição definitiva para esse debate é *Coronelismo, enxada e voto*, de Vítor Nunes Leal. Publicado em 1949, o trabalho representou uma significativa inovação no campo das ciências sociais. Além de apresentar uma consistente pesquisa como base de seus argumentos, rompeu com teses consagradas que apresentavam a sociedade brasileira a partir de modelos dicotômicos e opunham ordem privada a ordem pública, do qual o trabalho de Nestor Duarte (1939) é o melhor exemplo.

Preocupado em estudar o fenômeno do coronelismo, o autor recuperou a evolução do município brasileiro da fase colonial até a Constituição de 1946, enfocando as atribuições municipais, a eletividade de suas administrações, sua receita, sua organização policial e judiciária e sua legislação eleitoral. Partindo desse quadro geral, Vítor Nunes localizou o co-

ronelismo como um fenômeno específico da Primeira República e o definiu como “resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada” (p. 20). Assim, o coronelismo não era uma mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico da história colonial e imperial brasileiras, mas sim um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público progressivamente fortalecido, e a decadente influência dos chefes locais, notadamente os donos de terra. Trata-se, portanto, de uma rede complexa de relações em que os remanescentes do poder privado são alimentados pelo poder público, em função de suas necessidades eleitorais de controlar o voto do interior. Dessa maneira, coronelismo não deve ser confundido com algumas de suas características secundárias, como mandonismo e clientelismo. Na verdade, contudo, ele pode ser entendido como uma fase do mandonismo.

Diferentemente de Vítor Nunes, Maria Isaura Pereira de Queiroz (1969) e Eul Soo Pang (1979) identificaram coronelismo com mandonismo, o que permite que o conceito seja dilatado, perca sua precisão histórica e possa ser aplicado a qualquer conjuntura da história brasileira. Maria Isaura também amplia a caracterização do coronelismo para incorporar manifestações urbanas, em que podem ser definidos como coronéis comerciantes, médicos, empresários, muitas vezes desvinculados da propriedade da terra.

Contudo, a primeira crítica mais profunda às teses de Vítor Nunes foram produzidas pelo historiador inglês Paul Cammack (1979). O ponto de partida de Cammack é o questionamento do con-

ceito de compromisso coronelista, que seria “totalmente destituído de validade” pois o sistema político oligárquico não deve ser entendido a partir da noção de clientelismo, e sim da representação de interesses das classes dominantes. Para este autor, o modelo de análise de Vítor Nunes, ao privilegiar a ação política dos coronéis baseada no clientelismo, não atribui importância devida à sua atuação sócio-econômica. Um outro aspecto da crítica está baseado na negativa de uma das premissas do compromisso, isto é, a dependência do governo estadual em relação ao coronel para a produção de votos. Segundo Cammack, o sistema eleitoral era controlado pelo governo estadual, e estava em curso um processo de centralização do poder. Nesse quadro, o poder público estadual dominava completamente a situação política e não necessitava de realizar nenhum acordo com o poder local, concretizado na figura do coronel.

A despeito da pertinência de alguns pontos levantados por Cammack, as linhas básicas da análise de Nunes Leal permanecem atuais. Amílcar Martins, em seu artigo “Clientelismo e representação em Minas Gerais durante a Primeira República: uma crítica a Paul Cammack” (1984), faz uma análise das interpretações do historiador inglês, resgatando, no fundamental, a tese do compromisso coronelista. José Murilo de Carvalho, igualmente, em seu verbete “Coronelismo” (1984), recupera o amplo debate acerca do tema e, se por um lado reconhece os exageros atribuídos ao valor do voto na República Velha, não encara essa limitação como suficiente para invalidar o modelo de análise de Vítor Nunes.

Uma outra linha de trabalho que discute as relações entre ordem privada e

ordem pública está associada às interpretações de Raimundo Faoro. *Os donos do poder* foi publicado em 1958 e reeditado em 1975, quando sofreu um processo de revisão e ampliação. O livro trata da formação do patronato brasileiro, vista como um processo que se inicia com a fundação do Estado português e se encerra com o governo Vargas. A tese central é que o Estado foi sempre onipotente no Brasil, e ao estamento burocrático coube a direção dos negócios públicos. Como o Estado é o centro de tudo, quem o personifica é a classe dirigente. No caso específico da Primeira República, com a implantação de um federalismo desvirtuado, o estamento burocrático sofre um declínio, ou mesmo “é banido ou esconçado”. Ainda assim, o poder público continua a atuar no sentido de solucionar crises econômicas e financeiras e, principalmente, intervir para amparar a cafeicultura.

Com uma perspectiva diferente, Elisa Reis (1985) analisa o processo de construção do Estado no Brasil de 1890 a 1930. A base de seu argumento é que os interesses agro-exportadores dominantes no período, ao politizarem a economia, conferiram ao Estado uma posição estratégica, que em função do seu *timing* político propiciou uma marcada autonomia do Estado frente a interesses sociais. Partindo desse ponto, e retomando algumas contribuições de Vítor Nunes, a autora demonstra o crescimento do Estado republicano brasileiro no período, através da expansão da burocracia, do aumento de sua capacidade fiscal e do próprio aumento das forças militares.

Desse debate, a questão mais importante a ser retida é que o público e o privado no Brasil têm limites fluidos e continuam a suscitar amplas discussões.

3. Agricultura e industrialização

Uma bibliografia complementar que deve merecer nossa atenção para uma melhor compreensão do papel das oligarquias e da produção historiográfica a elas referente, são os estudos voltados para a agricultura e a industrialização.

A literatura existente sobre a agricultura brasileira no período republicano é bastante limitada. Diferentemente do processo de industrialização, que tem sido objeto de análises sistemáticas que possibilitam uma visão de conjunto e um esforço interpretativo, a agricultura vem sendo examinada em seus aspectos parciais, em trabalhos que oscilam entre uma excessiva preocupação com detalhes e um exagero de generalizações.

No caso particular da Primeira República, essa situação é ainda mais grave, inexistindo trabalhos que propiciem uma visão de conjunto dessa atividade. A produção disponível consiste de alguns capítulos inseridos em obras de caráter geral tais como *História da agricultura brasileira*, de Luís Amaral (1940), *História econômica do Brasil*, de Caio Prado Jr. (1945), e *Formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado (1959), ou ainda, de alguns poucos trabalhos dedicados a alguma região, ou algum tema específico, ou algum produto em particular.

Como exemplo de trabalho importante na perspectiva da abordagem regional, deve ser lembrado o artigo de Francisco Iglésias (1985) sobre a agricultura de Minas Gerais na Primeira República. Podem também ser citados vários exemplos de estudos dedicados a uma atividade específica. Entre eles os trabalhos de José Gnaccarini (1975) e Gadiel Perucci (1978), voltados para as atividades açucareiras, e o livro de Sandra Pesavento,

sobre o setor agropecuário gaúcho. Quanto ao café, deve ser mencionado o artigo de Boris Fausto, "Expansão do café e política cafeeira" (1975).

Outro trabalho fundamental relacionado à atividade cafeeira é *O cativo da terra*, de José de Sousa Martins, que se dedica à análise da estrutura de produção em São Paulo. A tese central do autor é de que a substituição do trabalho escravo não conduziu ao estabelecimento do trabalho assalariado nos cafezais, mas sim à implantação do colonato. Acrescenta ainda que essa jornada de trabalho se fundamentou em mecanismos de correção intra-econômica, o que conseqüentemente dificultou sua caracterização como uma relação capitalista de produção. A existência, entretanto, de relações de produção pré-capitalista na cafeicultura, está subordinada à lógica capitalista, segundo a qual o próprio capital engendra e reproduz relações não-capitalistas de produção.

Além dessas contribuições voltadas fundamentalmente para algum aspecto específico da agricultura na Primeira República, deve ser comentado um outro conjunto de trabalhos que, embora dedicados à discussão da problemática agrária do país a partir dos anos 50, traz contribuições interessantes para o primeiro período republicano. Ao longo dos anos 60 e 70 foram produzidas inúmeras obras cuja preocupação central era refletir sobre as dificuldades econômicas do país e as possíveis alternativas para sua superação. Nestes textos, um tema que ganhou destaque foi a avaliação do setor agrícola brasileiro. A pergunta principal consistia em saber se a agricultura era um obstáculo ao desenvolvimento do país.

Partindo do pressuposto de que a resposta para essa questão só seria obtida

através da análise do processo de formação histórica do Brasil, inúmeros autores voltaram-se para o estudo da trajetória da agricultura do país, sendo a Primeira República uma das conjunturas examinadas. Nesse sentido inúmeras contribuições podem ser citadas, como Alberto Passos Guimarães (1963), Hélio Jaguaribe (1962), Nelson Werneck Sodré (1962), Delfim Netto (1973) e Antônio de Barros Castro (1971). Merecem ser citados também as contribuições de Maria Yeda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva (1979 e 1981).

Os estudos acerca da industrialização no Brasil, generalizados a partir da década de 1950 e produzidos em sua grande maioria por economistas, desenvolveram-se dentro dos marcos do pensamento cepalino. Criada em 1948, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) tinha por objetivo produzir análises próprias que permitissem um melhor entendimento da problemática latino-americana, em substituição aos modelos teóricos dominantes desenvolvidos a partir da realidade histórica de outros países.

Comprometido com a superação dos problemas estruturais da América Latina, tais como a dependência econômica e a elevação do nível de vida das massas populares, o discurso cepalino organizou-se em torno da questão da industrialização. Em sua perspectiva, colocava-se como ponto central que os países latino-americanos que lograram realizar sua industrialização o fizeram porque contaram com circunstâncias históricas desfavoráveis ao pleno funcionamento do modelo exportador.

Este ponto de vista, especificamente em relação ao Brasil, é expresso de forma clara por Celso Furtado no livro *Formação econômica do Brasil*, citado ante-

riormente. Segundo este autor, a crise de 29, ao provocar a queda acentuada dos preços do café, colocou em xeque o funcionamento do modelo exportador. No entanto, a política cafeeira adotada no início da década de 30, ao garantir a compra de cafés invendáveis externamente, assegurou a manutenção do nível de renda do país, funcionando como uma medida antidepressiva. Se, de um lado, a demanda por produtos importados foi mantida, de outro, persistiam as dificuldades de importação, em consequência da depressão internacional. Tal situação criou condições favoráveis à produção interna de bens manufaturados.

Este tipo de enfoque, portanto, localiza o desenvolvimento das indústrias brasileiras fundamentalmente nos anos posteriores a 1930. No período anterior, a Primeira Guerra Mundial é interpretada como uma conjuntura específica, em que o afrouxamento das ligações do setor agro-exportador com os mercados externos criou facilidades para o surgimento do primeiro crescimento industrial brasileiro. As análises de Conceição Tavares (1973) também se inserem nessa perspectiva.

Uma interpretação diferente é a que aparece na obra pioneira de Stanley Stein, *Brazilian Cotton Manufacture, 1850-1930*, (1957). A partir de uma cuidadosa pesquisa histórica, o autor demonstra a importância da expansão industrial brasileira anterior a 1930, destacando aí o papel dinamizador das atividades comerciais. Contudo, o trabalho de Stein teve muito pouca divulgação no Brasil nos anos que se seguiram ao seu lançamento, e sua contribuição para o debate acerca da industrialização brasileira só se efetivou plenamente nos anos 70, quando seu livro foi traduzido para o português (1979).

De toda forma, com a crise do modelo desenvolvimentista cepalino nos anos 60, decorrente do fato de a industrialização brasileira não ter correspondido às expectativas, tornou-se necessário buscar novas perspectivas de análise. A tese de que a expansão industrial dos países latino-americanos estava associada aos momentos de crise do modelo exportador — no caso do Brasil, baseado no café — recebeu duras críticas, e, conseqüentemente, um amplo debate sobre o tema foi inaugurado no começo dos anos 70.

A obra de Warren Dean, traduzida em 1971, traria uma contribuição substantiva a esta discussão, recolocando em novos termos as relações entre atividade exportadora e expansão industrial. Do seu ponto de vista, a expansão industrial brasileira foi uma decorrência do crescimento das exportações de café, e a Primeira Guerra Mundial, contrariamente às análises até então consagradas, representou, não um elemento de incentivo, e sim um obstáculo à industrialização. Isto porque, na medida em que a guerra criava entraves para a importação de bens de capital, limitava o aumento da capacidade produtiva do nosso parque fabril. Assim também, a Grande Depressão e a crise do café quase paralisaram as indústrias de São Paulo em 1930, tendo a seguir dificultado o crescimento industrial durante toda a década.

Segundo Dean, ao promover o crescimento da renda interna, o comércio exportador do café criou no Brasil um mercado para produtos manufaturados. Impulsionou, também, o desenvolvimento de estradas de ferro e estimulou os investimentos em infra-estrutura, o que por sua vez integrou e ampliou este mesmo mercado. Além disso, o café foi responsável pelo aumento da oferta de mão-de-obra, ao estimular a imigração, e

introduziu no país recursos em moeda estrangeira que passaram a ser utilizados para a importação de insumos e bens de capital destinados ao setor industrial.

Outro trabalho que merece ser citado é o de Vilela e Suzigan (1973), onde não só é questionado o argumento de que as dificuldades do setor exportador promoveram a expansão da indústria brasileira, como também é apontado como fator importante no estudo da industrialização o papel das políticas governamentais. Mais recentemente, em seu trabalho sobre as origens e o desenvolvimento da indústria brasileira entre 1855 e 1939 (1986), Suzigan retoma estas questões, defendendo a tese de que o desenvolvimento industrial no século XIX foi induzido pela expansão do setor exportador. Este impulso dinâmico arrefeceu após a Primeira Guerra Mundial, uma vez que a partir de 1900, o próprio setor industrial, embora incipiente, já passara a estimular investimentos. Na década de 1920, em parte devido aos incentivos governamentais, acentuou-se a diversificação da estrutura industrial. Foi na década de 1930, entretanto, que a crise do setor exportador e a Grande Depressão romperam a ligação entre a cafeicultura e o crescimento industrial — embora o investimento industrial continuasse a depender da capacidade de importação criada pelo setor exportador —, iniciando-se assim um processo de industrialização via substituição de importações. Esta interpretação de Suzigan é, sem dúvida, de grande relevância, mas não enfatiza as diferenças e especificidades regionais do processo de expansão industrial.

As formulações acerca da complementaridade entre a economia exportadora e os impulsos à industrialização foram igualmente desenvolvidas nos tra-

balhos de um grupo de economistas da Universidade de Campinas — Unicamp —, entre os quais destacam-se Sérgio Silva (1976), Wilson Cano (1977), João Manoel Cardoso de Melo (1982) e Liana Aureliano (1981). A despeito de seus enfoques específicos, estes estudos têm em comum a valorização das relações café-indústria como fator fundamental para a compreensão do processo de industrialização no Brasil. E, justamente por isso, atribuem um papel relevante à atividade industrial existente na Primeira República.

De acordo com estes trabalhos, o capital industrial originou-se na década de 1880, na esteira de um rápido processo de acumulação ocorrido no setor exportador de café. Contudo, a relação entre o capital cafeeiro e o capital industrial era contraditória, em função da subordinação do segundo ao primeiro, e deste ao capital internacional. Assim, o desenvolvimento do capitalismo baseado no comércio do café, ao mesmo tempo que estimulou o desenvolvimento industrial, impôs-lhe limites que permitem caracterizá-lo como tardio e específico.

Do conjunto de estudos produzidos na Unicamp, destacamos aqui aqueles realizados por Wilson Cano (1977, 1978 e 1985), que, ao analisar o caso de São Paulo, oferece também propostas de interpretação sobre a industrialização no Rio de Janeiro. De fato, seu modelo do complexo cafeeiro, destinado a explicar as origens e o dinamismo da indústria paulista, pressupõe a possibilidade de generalização para as demais áreas cafeeiras do país.

Já em seu trabalho de 1977, utilizando os mesmos procedimentos de análise construídos a partir da realidade paulista, Cano procura demonstrar como e por que a economia carioca teria sofrido um

processo de “retrocesso industrial”. Esta proposta de generalização do modelo do complexo cafeeiro e de sua aplicação para o entendimento das realidades econômicas do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo encontra-se porém melhor explicitada em seu artigo “Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850-1930)” de 1985.

Neste texto, tomando como referencial de análise a economia paulista, Cano propõe-se a explicar as razões fundamentais pelas quais as principais regiões cafeeiras do período assinalado tiveram dinâmicas distintas de crescimento e de transformação econômica. O elemento fundamental de diferenciação entre São Paulo e as demais regiões consistiria no fato de que apenas naquele Estado constituiu-se plenamente o complexo cafeeiro, já que, nos demais, as relações sociais de produção vigentes e as peculiaridades da comercialização e do financiamento do café não o permitiram. Assim, o elemento capaz de explicar seja a expansão industrial, seja a perda de dinamismo desta atividade, seria a relação café-indústria.

De acordo com esta perspectiva complementarista, no caso de São Paulo, o elemento propulsor da industrialização teria sido, portanto, o desenvolvimento da lavoura cafeeira. Instituído desde cedo o trabalho livre, São Paulo teria eliminado um freio à expansão do café, e ao mesmo tempo criado um amplo mercado para produtos alimentícios e industriais. Por outro lado, a expansão da lavoura teria também ampliado as bases de acumulação, abrindo oportunidades de inversão de capital tanto no desenvolvimento de uma agricultura mercantil como na indústria. Finalmente, teriam surgido condições para a criação de um mercado de trabalho livre que

reduzia a pressão dos custos da produção industrial.

Enquanto São Paulo se expandia, a utilização mais intensa e prolongada do trabalho escravo na cidade e no Estado do Rio teria esvaziado a possibilidade de criação de um setor agrícola dinâmico que pudesse trocar impulsos com o setor industrial. Dificultando o aparecimento de um mercado de trabalho livre e amplo, o escravismo prolongado teria impedido o desenvolvimento da produção de gêneros alimentícios baratos — capazes por sua vez de baratear o custo da força de trabalho — bem como a criação de um mercado consumidor para produtos industrializados. Por inferência, conclui-se que, na medida em que a antiga economia cafeeira do vale do Paraíba e da região de Minas declinava, toda a economia fluminense e carioca entrava num processo de “inexorável atrofia”.

Uma outra proposta de interpretação sobre a expansão industrial na Primeira República é apresentada por Versiani e Versiani (1977 e 1980). Um dos pontos centrais do argumento desses autores é a defesa da tese que o Estado desempenhou um papel positivo na promoção do desenvolvimento industrial brasileiro antes de 1930. Este apoio concretizou-se, inicialmente, através de uma política de proteção alfandegária deliberada e, posteriormente, através da concessão de incentivos e subsídios a indústrias específicas. Estudando o desenvolvimento da indústria de tecidos de algodão, esses autores sugerem que o desenvolvimento industrial deu-se de forma cíclica, alternando fases de aumento de capacidade produtiva e fases de aumento da capacidade de produção. Essa alternância seria fruto da variação da taxa de câmbio.

Uma outra contribuição de Versiani e Versiani, ainda que não especificamente

preocupados com diferenciações regionais no processo de expansão industrial, foi abrir novas perspectivas de análise, rompendo com uma visão dicotômica, ao defender a hipótese de que a industrialização surgiu como resultado dos estímulos produzidos pela conjugação de períodos de dificuldades e de expansão do setor exportador. As conclusões de F. Versiani (1980) indicam também que o setor cafeeiro não constituiu importante fonte de recursos diretos para a indústria, e que os capitais para a nova atividade provieram principalmente do comércio de importação e do reinvestimento de lucros do próprio setor fabril.

Por fim merecem ser citados ainda como contribuições importantes os trabalhos de Nícia Vilela Luz (1960), Eulália Lobo (1978) e Bárbara Levy (1980 e 1989).

Esses diversos estudos sobre a industrialização, tiveram um papel fundamental ao reforçar as interpretações sobre o sistema político brasileiro na Primeira República, que questionam a existência de uma contradição fundamental entre o setor agrário-exportador e os setores urbano-industriais, demonstrando que a expansão industrial não criou um antagonismo com o setor exportador e que havia uma complementariedade de interesses das duas esferas econômicas.

4. Soldados, tenentes e generals: os militares entram na cena política

Um outro ator político de fundamental importância e que mereceu análise cuidadosa da historiografia são os militares. Nada mais natural, já que foram eles que proclamaram a República, entrando a partir daí no cenário político para não mais se afastar.

Praticamente até os anos 60, grande parte da produção bibliográfica voltada para o estudo dos militares estava inserida dentro dos modelos de interpretação que enfocavam a dinâmica da Primeira República como resultado de uma oposição entre oligarquias rurais e setores urbanos. O livro clássico que serviu de base a essa interpretação foi o *O sentido do tenentismo*, de Virgínio Santa Rosa. Publicado em 1933, teve sua reedição patrocinada pelo ISEB nos textos “Cadernos do Povo Brasileiro” em 1963. O prefácio de Nelson Werneck Sodré corrobora e revigora a interpretação de Santa Rosa:

“O tenentismo, entre o fim da Primeira Guerra Mundial e o Estado Novo, ocupou o cenário brasileiro, avultando como manifestação política cuja complexidade escapava, via de regra, à análise dos contemporâneos. (...) Virgínio Santa Rosa foi o iniciador de sua exata conceituação: colocou-o em seus devidos termos. E fez tudo isso na sequência dos próprios acontecimentos, com as personagens ainda no palco”.

A intelegibilidade da Primeira República para Santa Rosa estava no choque entre as oligarquias e as classes médias urbanas, que tinham como sua vanguarda política os militares. Seu foco de análise está nos anos 20 e no papel que os tenentes desempenharam na Revolução de 30. Tenentismo e Revolução de 30 são dois temas de análise imbricados desde então.

Na visão de Santa Rosa, os militares puderam desempenhar este papel de vanguarda política do “povo brasileiro” devido a suas origens e articulações so-

ciais. Estrutura-se assim uma linha de interpretação “classista” sobre o movimento tenentista e sobre a atuação dos militares na Primeira República. Esta concepção encontra campo próprio nos anos 50, sobretudo entre os seguidores de uma teoria marxista mais economicista e determinista.

Até meados dos anos 60, pode-se dizer que é esta interpretação que domina os textos sobre militares, quer sejam mais ou menos acadêmicos. Os primeiros trabalhos que criticam esta orientação são artigo de Maria do Carmo Campelo de Sousa (1968), e os livros de Boris Fausto (1970) e Décio Saes (1975). Em suas análises estes autores contestam a tese de que os militares representavam politicamente os interesses das classes médias urbanas, destacando igualmente a ausência de um projeto mais modernizador e industrializante.

Ao longo dos anos 70, e no bojo das novas tendências teóricas que privilegiaram o papel do Estado na condução do desenvolvimento brasileiro, emerge um outro tipo de interpretação. A ação dos militares e do movimento tenentista passam a ser enfocados tendo em vista uma variável fundamental: o pertencimento à corporação militar. Este tipo de análise, que valoriza o papel da organização militar como instrumento de socialização política e de formação de quadros, tem como seus melhores exemplos os textos de Edmundo Campos Coelho (1976) e José Murilo de Carvalho (1977). É inegável a importância, para o desenvolvimento deste tipo de reflexão, dos acontecimentos ocorridos no pós-1964, mais particularmente no pós-1968.

Este modelo de interpretação organizacional seria contudo relativizado pelos trabalhos de Maria Cecília Spina Forjaz (1977, 1978, 1988). Mantendo sempre a

mesma linha de análise, a autora assume a dimensão corporativa como elemento explicativo essencial, mas sustenta a importância das relações desenvolvidas entre militares e setores civis da sociedade brasileira. Para ela, inclusive, teria sido esta a razão das dificuldades enfrentadas pelos tenentes junto à cúpula do Exército, que rejeitou e combateu o movimento rebelde.

Retomando o debate com José Murilo e Spina Forjaz, surgem os trabalhos de José Augusto Drummond (1985, 1986). A idéia principal deste autor é a de que o movimento tenentista tem um nítido caráter militar, defendendo os interesses da corporação e o seu papel de vanguarda como “patrocinador dos direitos do povo”. Para ele, o apoio popular que os tenentes receberam não foi nem tão grande, nem tão sistemático. Neste sentido, o tenentismo é uma corrente política dentro do Exército, que fala para o Exército e mobiliza oficiais de patente inferior, não conseguindo alcançar as patentes superiores que o combatem vigorosamente. Se a inspiração deste modelo de atuação militar vem do republicanismo radical da virada do século — o florianismo e o movimento jacobino — não se deve, para Drummond, confundir os dois movimentos. No primeiro caso houve adesões significativas da cúpula militar e maior articulação com bases populares, o que não ocorreu no segundo caso.

A questão do movimento jacobino é ela mesma objeto de reflexão que parece crescer a partir dos anos 80. O livro de Suely R. de Queiroz (1987) é o melhor exemplo desta preocupação, que até então surgia apenas marginalmente nas análises sobre militares na Primeira República.

É interessante, portanto, finalizar com uma reflexão sobre o tratamento recebi-

do pelos movimentos que envolveram os militares neste período, a saber, o jacobinismo e o tenentismo. Enquanto o primeiro e sua principal figura — Floriano Peixoto — figuram obscurecidos tanto na versão “oficial” dos fatos republicanos, quanto nas próprias análises historiográficas, o segundo recebe ampla atenção e valorização. As características destes dois movimentos nos ajudam a entender tal percurso. O jacobinismo foi sem dúvida um movimento violento que, se envolveu marechais, também envolveu o baixo povo da cidade do Rio de Janeiro. Já o tenentismo, se não envolveu generais, propiciou a saga de muitos heróis e anti-heróis dos anos 30.

5. A classe operária vai ao sindicato e Deus e o diabo estão na terra do sol.

O fim da década de 50 e sobretudo a década de 60 marcam o momento em que cientistas sociais — nacionais e estrangeiros — privilegiaram como objeto de seus estudos as populações rurais e a classe trabalhadora que povoa as cidades durante a Primeira República. Nesta nova perspectiva, torna-se fundamental para a compreensão da dinâmica mais global deste período, que o foco das investigações volte-se para o exame de atores coletivos — conceituados como “classe”, “fração de classe” ou “movimentos sociais” — que estavam fora dos setores oligárquicos dominantes e que, em geral, eram percebidos como marginais e pouco significativos para a política coronelista.

É significativo realçar este momento porque ele é, sem dúvida, o do contexto do movimento de 1964 com todos os seus antecedentes e conseqüentes dramáticos no que se refere à mobilização

popular no campo e na cidade. De uma forma geral, podemos dizer que a literatura produzida vai não só procurar demonstrar a participação social e política destes atores no arranjo federalista da Primeira República, como também postular seu sucesso relativo, mesmo quando derrotados historicamente.

A cidade

Os estudos sobre a classe trabalhadora e os movimentos sociais urbanos ocupam um grande espaço nesta produção. No caso da classe trabalhadora, pode-se dizer que é só nos inícios da década de 60, sob o choque do desmonte do pacto populista, que ela se torna um objeto privilegiado de reflexão acadêmica. A preocupação mais geral que move os importantes estudos então produzidos é explicar as características desta classe, que bem ou mal vinha tendo papel fundamental tanto no processo de industrialização quanto na experiência política liberal democrática do país. E a compreensão destas características não se faria sem um retorno ao período da Primeira República, reconhecidamente o berço do processo de industrialização e de formação da classe trabalhadora brasileira.

O texto pioneiro e hoje clássico é, sem dúvida, *O problema do sindicato único no Brasil*, de Evaristo de Moraes Filho, publicado pela primeira vez em 1952 e reeditado apenas em 1978. É o primeiro trabalho que recupera a história do movimento operário na Primeira República e chama a atenção para as experiências de legislação social no pré-30. Outro livro que também tem o papel de abrir caminhos é *Sindicato e Estado* (1966), de Azis Simão. O próprio título deixa nítido o foco de atenção deste e de outros autores: a questão do sindicalismo

como elemento chave para a organização e atuação política dos trabalhadores e para suas relações com o poder do Estado. A utilização de fontes como dados estatísticos, documentos de associações de classe empresarial e entrevistas com militantes do movimento operário também constitui outro ponto inovador de Azis Simão. Sua análise procura destacar e correlacionar as condições de trabalho por ocasião da emergência do sindicalismo na Primeira República — em especial os conflitos grevistas —, com o tipo de resistência do patronato e, sobretudo, com o tipo de intervenção do Estado. Trabalhando de forma comparativa com o período do pré e do pós-30, o autor chama a atenção para o tipo de tradição organizacional deste primeiro momento: uma tradição mutualista (e não corporativista), quer na experiência de trabalhadores, quer na do patronato. O exame da evolução do sindicalismo no Brasil leva-o a apontar para um processo de uniformização dos tipos de associação — para o que concorre fortemente o Estado — e para um processo de “racionalização” das relações e ações sociais destas organizações, que se traduz na questão da burocratização do sindicato no pós-30.

Os textos de José Alberino Rodrigues (1966) e Leôncio Martins Rodrigues (1966) seriam os dois outros bons exemplos de estudos que tratam da classe trabalhadora na Primeira República sob o enfoque do desenvolvimento do sindicalismo, procurando confrontar os momentos do pré e do pós-30. O primeiro deles chama a atenção para a relevância da perspectiva histórica no estudo de uma instituição social — o sindicato — que afeta o processo de transformação de toda a sociedade. Neste sentido, o autor critica a ênfase dada ao corte em 1930, considerando-o exagerado, embora ver-

dadeiro. Para ele, tal ênfase advém de uma certa confusão estabelecida entre a evolução do sindicalismo e a evolução da legislação trabalhista no Brasil, sendo que o primeiro não é mero “reflexo” ou decorrência da segunda, como muitas vezes algumas interpretações parecem sugerir. Ambos os livros valorizam a experiência vivida pelos trabalhadores até 1930 e situam sua importância para a linha mais geral de atuação sindical no país.

Vale a pena destacar que estes autores, que na segunda metade dos anos 60 buscam afirmar a presença social e política dos trabalhadores no contexto da Primeira República, estão se confrontando com uma forte vertente interpretativa. Ela pode ser identificada nas análises dos chamados “pensadores autoritários” das décadas de 30 e 40, que consagraram a visão de uma sociedade brasileira sem “classes” organizadas, sem “opinião pública” e, em especial, sem qualquer presença significativa de trabalhadores. Praticamente, a única literatura que recuperava a atuação destes elementos eram os textos de memórias de lideranças do movimento sindical, com as características naturais de tal tipo de produção.

O fim dos anos 60 e início dos 70 são pródigos em textos que se voltam para a classe trabalhadora, mas neste momento não é por excelência a Primeira República o alvo de atenção dos estudiosos. O período de 1945 a 1964, quando o sindicalismo corporativista convive com os partidos políticos, é o grande centro da curiosidade, havendo recuos para a década de 30, quando o modelo teria sido montado. Mas já em meados de 70, alguns textos trazem de volta os olhares e os debates para a Primeira República. São eles *Trabalho urbano e conflito industrial* (1890-1920), de Boris Fausto, e

o conjunto de publicações desenvolvido por Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall. A contribuição de Boris Fausto é particularmente importante. Historiador consagrado, ele retorna às questões do movimento operário e sindical já apontados pela literatura especializada, trabalhando com o operariado do Rio e de São Paulo. Através desta estratégia comparativa — até então muito pouco se escrevera sobre a experiência carioca — corrige generalizações e relativiza conclusões, expandindo e complexificando a temática do sindicalismo na Primeira República. Entre os muitos pontos que destaca estão a importância do sindicalismo amarelo, sobretudo para o Rio, e a força da proposta dos anarquistas, com ênfase para sua dimensão de projeto cultural. Inúmeros estudos serão tributários direta ou indiretamente deste livro de Boris Fausto. Dentre eles cabe mencionar os textos de Sheldon L. Maran (1979), Francisco F. Hardman (1984) e Antônio A. Prado (1986), que discutem o anarquismo; o texto de Zaidan (1985), que lida com a experiência dos comunistas; e a primeira parte do livro de Ângela Gomes (1988), que trata de socialistas, anarquistas e comunistas.

O trabalho de Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall merece atenção. Paulo Sérgio, depois da publicação de seu livro *Política e trabalho* (1975), dedica-se a estudar, localizar e socializar material documental referente à classe trabalhadora, com ênfase para o momento da Primeira República. Em tal empreendimento, associa-se a Michael Hall, que vinha trabalhando com as questões da imigração, do trabalho no campo, e da classe operária em São Paulo (1969 e 1975). Juntos eles publicam dois preciosos volumes de documentos: *A classe operária no Brasil*, volume I, *O movi-*

mento operário (1979); e *A classe operária no Brasil, volume 2, Condições de vida e trabalho, relações com os empresários e o Estado* (1981)*. Sozinho, Paulo Sérgio escreve um longo artigo para a “História Geral da Civilização Brasileira” (1977).

É importante também apontar o papel desempenhado pelos trabalhos de Luiz W. Vianna. Em primeiro lugar, seu texto *Liberalismo e sindicato no Brasil* (1976), embora não se concentre no período da Primeira República, provocou muitos debates e atuou como estímulo às reflexões sobre o corporativismo e sobre o movimento sindical, mesmo quando discutia privilegiadamente o papel da burguesia e do Estado. Desta forma, o autor retornou à questão da periodização do movimento sindical, considerando a situação do mercado de trabalho, e enfatizou a dinâmica das relações entre burguesia-Estado e sindicato, tanto no período do pré, quanto do pós-30. Em segundo lugar, produziu duas das mais significativas resenhas bibliográficas sobre o tema da classe trabalhadora, ambas publicadas no BIB (1978 e 1984).

Estas observações ressaltam a importância para este tema de análise de um ator que até esse momento vinha recebendo pouca atenção da literatura: a burguesia industrial e comercial. Tendo sido o objeto do livro de Nícea Vilela Luz (1975), sua análise era especialmente vinculada às questões da política econômica da Primeira República. Assim, no que se refere à política social — o que envolve diretamente as relações com a classe trabalhadora e o Estado —, praticamente pouco se tinha publicado. É este espaço que os trabalhos de Mariza

Saens Leme (1978) e Ângela Gomes (1979) vêm preencher, articulando as preocupações sobre o processo de industrialização e de formação da classe trabalhadora a partir de um outro ângulo de visão.

De uma maneira geral, o ponto mais significativo destes estudos é ressaltar a presença política do ator burguesia urbana, analisado até então muito mais por suas carências: fraqueza organizacional, ausência de representação política etc. A presença dos paradigmas europeu e norte-americano era evidente, e o perfil de Primeira República que se consagrava era efetivamente o de um condomínio monopolizado pelas oligarquias cafeeiras. O esforço daqueles que estudam os setores urbanos da burguesia é, portanto, o de relativizar esta visão, assinalando sua presença na luta por seus interesses-chaves (tarifas alfandegárias e regulamentação do mercado de trabalho) e qualificando sua forma de organização política. Neste sentido, é importante assinalar que foi durante a Primeira República e sob o estímulo do próprio movimento sindical que uma rede de associações de classe se estruturou no Rio de Janeiro e São Paulo, dentre outras cidades de menor peso no país. Estas associações, algumas com tradição que data do século XIX, atuam como fortes grupos de pressão, utilizando a forma clássica de um poder de veto e buscando alternativas ao universo da representação político-partidária.

Estas conclusões importam para se pensar as questões da industrialização e do trabalho no Brasil do pós-30, quando uma proposta corporativista começou a ser encaminhada pelo Estado. Do ponto

* Edgar Carone (1979) também organiza e publica um volume de documentos sobre a classe trabalhadora cobrindo o período que vai de 1877 a 1944.

de vista desta resenha importa destacar que, mais uma vez, a Primeira República emerge como um período estratégico para a articulação de interesses de um ator político relevante como a burguesia comercial e industrial, permitindo reflexões mais refinadas sobre as linhas de continuidade e descontinuidade do pré e do pós-1930.

Finalmente, caberia registrar aqui que a cidade, durante a Primeira República, foi não só o palco privilegiado do movimento operário, como igualmente dos chamados movimentos sociais policlassistas. Neste caso, a cidade do Rio de Janeiro, por ser a capital da República e maior núcleo urbano até pelo menos os anos 20, surge como principal espaço para este tipo de movimento. Até praticamente os anos 70, os textos que procuraram tratar da atuação da população urbana enfatizaram uma separação entre manifestações espontâneas e violentas (campanhas, conflitos, quebra-quebras) e movimentos da classe trabalhadora (greves, com destaque), situados como um fenômeno à parte.

O que se pode observar nos estudos mais atuais que privilegiam esta temática é justamente a preocupação de não mais distinguir tão claramente entre manifestações da classe trabalhadora e conflitos policlassistas. Os dois melhores exemplos para o que estamos destacando são os livros de Nicolau Sevcenko, sobre a Revolta da Vacina (1984), e de José Murilo de Carvalho (1987), sobre a participação política na cidade do Rio de Janeiro na virada do século. Em ambos os casos praticamente um mesmo episódio é analisado, e o que concluímos da leitura é justamente a necessidade de uma linha de reflexão que articule empírica e teoricamente os diversos tipos de movimentos sociais urbanos ocorridos

durante a Primeira República. Os estudos de Boris Fausto sobre as greves de 1917, quando uma campanha contra a carestia teve forte peso mobilizador, e as dificuldades dos anarquistas para organizar sindicatos, vêm corroborar a perspectiva dos laços que unem os diversos segmentos sociais da população urbana. Desta forma, verifica-se a complexidade e a importância da questão da participação política na Primeira República, que se contrapõe à estreiteza e dificuldade da utilização dos mecanismos formais de representação política, circunscritos aos partidos sob controle oligárquico.

O campo

No caso dos estudos que se voltam para as populações rurais, os temas privilegiados são os movimentos messiânicos de Canudos, Contestado e Juazeiro, além da questão do cangaço. Toda esta reflexão tem como objetivo principal um melhor esclarecimento da lógica que presidia o pacto coronelista que comandava a política nacional e estadual durante a Primeira República. Para isso, acentua um ponto novo e básico: a relação existente entre a história política do país e a eclosão de movimentos sociais, religiosos ou não, entre a população rural considerada como marginal e atrasada socialmente.

Esses trabalhos, em seu conjunto, vão portanto defender a tese de que os movimentos sociais rurais não podem nem devem ser tratados como fatos isolados no tempo e no espaço da Primeira República. Ao contrário, a intelegibilidade de tais movimentos só emerge com a percepção de que eles afetam a política coronelista e são por ela afetados. Em decorrência, a estratégia de vida e de luta destes homens do campo não é a do des-

terro, mas ao contrário, a da participação política.

Este aspecto é para nós fundamental, pois é revelador de um grande interlocutor de fundo: *Os sertões* de Euclides da Cunha. É muito natural, aliás, que fosse com esta interpretação que todos se defrontassem. Euclides da Cunha, em seu clássico texto sobre Canudos, constrói a imagem de um movimento rural corajoso e violento, expressão do fanatismo religioso de populações atrasadas, porque isoladas física e politicamente dos centros da civilização. Isolamento e atraso são variáveis cruciais em sua análise, pois é justamente a partir delas que a fraqueza do homem do campo se transfigura em força e emerge a figura do sertanejo como o símbolo real da nacionalidade brasileira.

Nos anos 60 e após experiências não menos violentas e impactantes de conflitos rurais encabeçados pelas Ligas Camponesas do Nordeste, a academia se volta para o tema do homem do sertão e retoma sua interpretação magna, mesmo quando não a menciona diretamente. Neste conjunto, situaremos apenas alguns estudos, hoje clássicos da historiografia sobre o tema.

Vale começar pelo texto de Rui Facó, *Cangaceiros e fanáticos*, escrito na década de 50 e publicado em 1963.* Trabalhando com os exemplos de Canudos e Juazeiro, Facó vai conotar positivamente as categorias de cangaceiro e fanático, vistas até então com significado negativo. Seu estudo vai

também minimizar a dimensão religiosa e mística destes movimentos rurais, defendendo uma explicação de “cunho material” para suas origens e fins. Seriam razões de ordem econômica e política que, produzindo o abandono das populações do interior, provocavam seus movimentos de revolta durante a Primeira República. Tais movimentos, em decorrência, eram formas de expressão de “vítimas de uma monstruosa organização social”, formas estas precursoras e anunciadoras de futuros movimentos de rebeldia, crescentes à época da publicação do livro. O trabalho de Rui Facó teve grande divulgação, sobretudo a partir de meados de 60, quando se tornou uma espécie de leitura obrigatória para toda uma geração de estudantes universitários que assistia com igual interesse ao filme de Glauber Rocha, *Deus e o diabo na terra do sol* (1964).

Outro trabalho de grande importância e influência é *O messianismo no Brasil e no mundo*, da socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz. Fruto de pesquisas que datam de 1948, o livro, escrito como sua tese de doutoramento na França, tem prefácio do mestre Roger Bastide.** A proposta de Maria Isaura é demonstrar a precariedade da noção de messianismo como uma forma novelesca, dolorosa e atrasada de manifestação cultural da população rural. Em sua análise, o messianismo é por excelência uma forma do catolicismo popular rústico que percebe a religiosidade de maneira distinta da

* A 1ª. edição, de 1963, foi feita pela Civilização Brasileira, que adquiriu seus direitos da editora Vitória, ligada ao PCB. Há uma 2ª. edição de 1965 e a 3ª. edição, com a qual trabalhamos, é de 1972.

** A 1ª. edição é de 1965 e a 2ª., revista e aumentada, com a qual trabalhamos, é de 1976.

praticada no litoral, cuja orientação é dogmática e puritana conforme a hierarquia da Igreja. Neste sentido, a autora propõe interpretar os movimentos messiânicos como uma estratégia de resposta bem sucedida de uma população marginalizada que integra o sagrado ao seu cotidiano e o vive como uma festa: com procissões, cavalcadas, desafios de viola etc. Uma conclusão importante desta tese é a de que, na perspectiva dos movimentos messiânicos, o “campe sinato”, mesmo utilizando modelos tradicionais de organização, passa por um “progresso”, como por exemplo uma economia mais comercial e experiências de “reforma agrária”, por via das próprias lideranças carismáticas.

Como Roger Bastide acentua em seu prefácio, o texto da autora comprova que o racionalismo, tido como específico da sociedade industrial e como fato de destruição do misticismo, pode ser “desviado” deste percurso, seguindo caminhos inusitados no campo e na cidade, ontem e hoje. Distintamente de Rui Facó, embora também considerando o messianismo como um fenômeno que exige explicação sociológica, Maria Isaura não descarta nem minimiza a centralidade de sua dimensão mítica e mística.

Impossível, em um ensaio como este, discutir, mesmo que brevemente, as inúmeras questões e propostas da autora. Seu trabalho é um marco, retomado por autores como Maurício Vinhas de Queiroz (*Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado: 1912-1916*); Ralph Della Cava (*Milagre em Juazeiro*); Douglas

Teixeira Monteiro (“Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado”, HGCB) e Walnice Nogueira Galvão (*No calor da hora: a guerra de Canudos nos jornais*), dentre outros.

O texto de Maurício Vinhas de Queiroz, publicado em 1966, é inovador pelo tratamento que dá às fontes.* Para ele, os trabalhos anteriores eram apenas relatos sobre o Contestado, não havendo real preocupação com a análise das condições sociais, políticas e econômicas que permitiram sua eclosão naquela região, nem com a possibilidade do surgimento de um “homem Santo” que aglutinou tantas pessoas em torno de si. Seu trabalho é um estudo sobre a trajetória do movimento do Contestado desde a morte de seu líder santo, passando pelo estabelecimento do acampamento religioso e sua transformação em reduto de guerrilheiros, até a destruição trágica que envolveu cerca de 20 mil pessoas. O ponto a destacar é o de como o autor acompanha o processo que leva os sertanejos a instaurarem a sua “monarquia”, em oposição à república dos coronéis, manifestando violentamente o desejo de garantir seu direito à terra. Para ele, o Contestado é um movimento messiânico de tipo clássico, que tende a readaptar-se ao mundo, mesmo quando o recusa de forma radical.

Ralph Della Cava, que também produz nos anos 60, privilegia outro movimento messiânico — o de Juazeiro, no Ceará —, mas ressalta a mesma questão — a da terra — como ponto estratégico para se entender as relações sociais que se estruturam no Brasil da Primeira República. Da mesma forma que Vinhas de

* Vale a pena destacar que o autor trabalha com depoimentos de moradores da região, proprietários e trabalhadores rurais, delegados de polícia, imigrantes (recolhidos entre 1954 e 1961) e também com artigos de jornais, processos judiciais e inquéritos policiais.

Queiroz, o autor utiliza fontes até então nunca examinadas: arquivos eclesiásticos, arquivos privados de políticos da região, periódicos, a correspondência do padre Cícero e entrevistas com remanescentes, realizadas entre 1963 e 1964. A preocupação com a análise documental está firmada, bem como a recusa da interpretação que vê o movimento messiânico como fruto do fanatismo e do atraso da população rural. Juazeiro é um fenômeno de quase meio século, e são suas bases místicas e políticas que possibilitam tanta coesão e duração. É preciso examiná-lo como um movimento religioso de cunho popular, cujo sentido político é dado tanto por suas relações com as elites estaduais e nacionais da Primeira República, quanto por seus embates com a hierarquia da Igreja Católica.

Nessa mesma linha está o texto de Douglas Teixeira Monteiro, que trabalha de forma comparativa com Canudos, Juazeiro e o Contestado. A contribuição do autor está em distinguir entre estes movimentos messiânicos, o do Contestado como o único a possuir características milenaristas, isto é, a postular um desligamento da sociedade instituída em nome da instauração de uma comunidade futura justa e fraterna. Nem Canudos, nem Juazeiro possuiriam tais componentes. Nos dois casos, os vínculos com a política oligárquica, e os esforços para a manutenção de uma religiosidade que não se pautava pelo rompimento com a cúpula eclesiástica, evidenciariam tal interpretação. Engrossando, portanto, o mesmo tipo de conclusões defendidas por Della Cava, o autor vê os movimentos de Canudos e Juazeiro como tendo profundas raízes na situação da estrutura eclesiástica católica e significativos apoios entre proprietários de terra e comerciantes da Primeira República.

De forma geral, todos estes trabalhos sobre os movimentos messiânicos, ao ressaltarem a violência no campo, expõem a outra face da moeda coronelista. Com o estabelecimento do federalismo e com as crescentes disputas por recursos políticos e econômicos de poder, fica claro que o pacto oligárquico tem equilíbrio precário. Se Vítor Nunes Leal chama a atenção, com presteza de mestre e como primeiro grande analista, para o “ponto ótimo” deste pacto que se traduz pelo decrescente poder dos oligarcas e pelo crescente poder da burocracia de Estado, os estudos sobre os movimentos de rebeldia no campo ilustram o seu “ponto péssimo”. Amaury de Souza, em um artigo publicado pela revista *Dados* em 1973, que tem o cangaço como seu objeto de análise, deixa este aspecto muito claro. Muito antes da Primeira República existiram rebeldes no sertão (milícias privadas existiram desde o séc. XVII). Mas é só com o federalismo, de um lado, e a extensão do poder central, de outro, que esses rebeldes organizam-se em um movimento de cangaceiros que vive e explora os interstícios desta ordem. Este movimento significativamente só é destruído após 1930.

O laço que une cangaço e coronelismo é muito forte e visível e tem tradição na literatura de cunho memorialístico. Para finalizar, é interessante registrar a importância para esses estudos dos trabalhos de Eric Hobsbawm. Para ele, os movimentos rebeldes podiam ser “conservadores” ou “reformistas”, mais ou menos violentos, mas certamente não podiam constituir-se em opções revolucionárias. Dois textos, pelo menos, foram leitura e inspiração para todos os que se voltaram para o campo e para os rebeldes do Brasil oligárquico: *Primitive Rebels* (1965) e *Bandits* (1969).

6. Em nome de Roma, mas na Terra de Santa Cruz

Refletir sobre o período inicial do experimento republicano no Brasil é necessariamente considerar a relevância de uma instituição que por mais de quatro séculos manteve estreitos vínculos com o Estado, fosse ele o metropolitano, fosse ele o nacional. A Igreja, através da famosa questão religiosa, está nas bases da crise da Proclamação, e a instauração da República é, sem dúvida, um momento-chave para a história do catolicismo brasileiro.

Não se pode dizer que seja extensa a bibliografia que privilegia o estudo da Igreja durante a Primeira República, mas pode-se sentir que ela cresce a partir dos anos 70. Este fato deve-se, em boa parte, tanto ao estímulo produzido pelo movimento renovador católico que foi esposado pelo clero latino-americano em geral, quando à tensão que, após 1964, passou a marcar as relações Estado-Igreja no Brasil. Por esta razão, alguns dos importantes trabalhos sobre a Igreja ocupam-se de sua história institucional e das relações que ela manteve com a sociedade brasileira, destacando aí o período do pós-Segunda Guerra Mundial (Thomas Bruneau, *Catolicismo brasileiro em época de transição* (1974), por exemplo).

O que gostaríamos de ressaltar aqui é que o interesse acadêmico pelas relações Estado-Igreja no Brasil, motivado pela conjuntura dos anos 70, deslancha um crescente interesse e reconhecimento da importância do período da Primeira República. Através das análises empreendidas, consolida-se a idéia de que se tratava de um momento-chave, não só para a compreensão da história do catolicismo no Brasil, como também para a

aprecensão das marcas que ele imprimiu na sociedade brasileira. É dentro deste contexto que a literatura volta-se para as grandes reformas que a Igreja sofreu em meados do século XIX e passa a refletir sobre suas implicações no Brasil.

De forma consensual, a bibliografia situa que com as encíclicas *Quanta Cura* e *Syllabus Errorum* (1864) Roma passa a comandar uma política de supremacia espiritual do papado que se manifesta na reformulação dos conteúdos do catolicismo e na moralização e nacionalização do clero. O ultramontanismo era tanto um movimento defensivo ante os avanços do racionalismo cientificista moderno e a ampliação dos espaços das crenças concorrentes, como um movimento ofensivo da Igreja através da afirmação da hierarquia e da pureza da fé católica. Foi no contexto desta orientação de renovação e disciplinarização espiritual que se desencadeou a crise da proclamação da República, onde o conservadorismo católico foi golpeado com o fim da Monarquia e, com ela, do regime do Padroado.

A Primeira República se inicia exigindo da Igreja uma contundente reflexão crítica e um grande esforço organizacional. Iluminar os caminhos desta Igreja neste período é desvendar como ela enfrentou a questão da transformação das bases materiais que até então sustentavam culto e clero, e como estruturou suas relações com um novo regime político consagrador das lideranças oligárquicas regionais. São estas reconhecidas dificuldades que alimentam em grande parte interpretações que vêem o período da Primeira República como um interregno do ponto de vista do poder político da Igreja no Brasil. A separação Igreja-Estado, com a perda das regalias asseguradas pelo Padroado Imperial, teria afetado duramente a hierarquia eclesiástica,

só ocorrendo uma recomposição de seu poder por volta de 1930, sob as lideranças do Cardeal Leme e de Getúlio Vargas.

Este ponto é importante, pois ele se sustenta a despeito do reconhecimento de que o fim do Padroado foi um fato ambíguo na própria visão da Igreja. Se, de um lado, era uma ameaça, pela instauração de um Estado não confessional que laicizava o casamento, a educação e outros espaços cativos da fé, era também uma salvação, ao exigir do clero um efetivo trabalho apostólico. O texto de Sérgio L. Moura e José Maria G. de Almeida ("A Igreja na Primeira República", 1977) é um exemplo do que desejamos fixar, pois ele chama a atenção para o progresso institucional e para a liberdade que a Igreja conseguiu neste período, assinalando, ao mesmo tempo, um clima de ilusório otimismo. No cômputo geral é como se os ganhos — manutenção do presúgio social e político dentre outros — não balanceassem as perdas: o não controle do catolicismo popular; a descristianização das camadas superiores da população; o crescimento das crenças concorrentes e o menor poder político. Esta conclusão de fundo sustenta-se mesmo quando estes autores analisam a presença da intelectualidade católica desde fins do século XIX até os anos 20. O papel de líderes como Carlos de Laet e Jackson de Figueiredo é sobejamente reconhecido, mas sua militância se confronta com um clima de indiferença religiosa ou de religiosidades alternativas: seitas protestantes, cultos africanos, espiritismo etc..

É em relação a este quadro de fundo que se deve analisar a proposta de Sérgio Miceli em seu mais recente livro, *A elite eclesiástica brasileira* (1988). Fazendo o pêndulo correr para o outro lado, o autor

não apenas relativiza o teor da política de romanização do Vaticano, como principalmente quer sustentar que a Primeira República é um momento fundamental para a construção institucional da Igreja no Brasil. Desta forma, Miceli questiona as abordagens que sustentam a "perda do poder político" da organização eclesiástica nestas décadas e alinha evidências que demonstram a construção de uma cuidadosa e profunda rede de relações entre alto clero católico e novas lideranças oligárquicas.

De uma forma muito esquemática, estas evidências têm dois pontos fortes. O primeiro é o da expansão territorial da Igreja, através do estabelecimento de uma verdadeira máquina organizacional de novas dioceses (o que inclui edificações e prelados). A Igreja passa a estar presente em todas as capitais estaduais e nas principais cidades do país, com ênfase para São Paulo, Minas Gerais e Nordeste. Neste caso, vale notar que Miceli endossa a visão de que a Igreja não foi capaz de incorporar ou domesticar os movimentos messiânicos como Canudos e Juazeiro. Mas, para ele, em sua estratégia de controle, a Igreja monta um verdadeiro "cinturão de segurança" que impede a difusão deste catolicismo popular rebelde.

O segundo argumento de peso se refere ao investimento na área de formação escolar, fosse ela dirigida para a reprodução dos próprios quadros eclesiásticos, fosse dirigida para os quadros da elite política. Preenchendo um espaço que os grupos dirigentes não conseguiam atender por falta de recursos financeiros e humanos, e também por falta de tradição, a Igreja sela uma forte aliança com os grupos oligárquicos do país. A despeito da educação ser formalmente laica e do ensino religioso estar fora dos

currículos, é a Primeira República a fase áurea de expansão dos colégios católicos, especialmente os voltados para o ensino secundário de moças e rapazes.

Apesar de todos esses problemas, alguns dos quais não resolvidos, a Igreja que surge desta leitura está bem mais poderosa e segura, inclusive de seu poder político. A questão central, a nosso ver, é que durante a Primeira República houve uma requalificação do que devia ser o poder da organização eclesiástica. O próprio Sérgio Miceli indica tal avaliação, quando destaca a ausência de envolvimento político direto por parte de autoridades católicas no Brasil. Talvez, justamente por isso, muitas interpretações insistam na perda da influência política da Igreja nesse período, embora reconheçam seus avanços em vários setores.

A dificuldade está em ver que foi nesse momento que a hierarquia católica discutiu e consolidou um tipo de estratégia para lidar com a política. Uma estratégia que recusou a formação de um partido católico (desejado e considerado indispensável por Carlos de Laet) e que recriou todos aqueles que desejavam ser “políticos de batina”. De certa forma, à desejada visibilidade ritual presente nos paramentos, sacramentos, festas religiosas, lugares santos etc., acoplava-se a também agora desejada invisibilidade política. Igreja-Estado mantinham fortes laços, mas aquela não poderia nem deveria se expor aos conflitos e paixões próprios da arena política institucional. É preciso assinalar que esta não é uma opção universal, já que no Chile, por exemplo, existiu um significativo partido católico.

Entretanto, absorvida esta orientação, a Igreja está munida de um sólido recurso de poder para fundamentar sua militância, sobretudo entre o laicato. A cria-

ção do Centro D. Vital e a publicação da revista *A Ordem*, sob a direção de Jackson de Figueiredo nos anos 20, dão a precisa dimensão desta estratégia (Azzi, 1977; 1982 e Velloso, 1978). Longe de estar distante dos grandes acontecimentos do período, a Igreja — em especial através dos intelectuais católicos — deles participou e para eles se preparou. Nos movimentos nacionalistas, nos debates sobre educação, eugenia, arte moderna e, em especial, na crítica crescente ao ideário liberal, a Igreja católica é um interlocutor de primeira ordem. As décadas de 30 e 40 comprovam o esmero e a eficácia do alto clero brasileiro.

7. Da geração de 1870 à geração republicana: os intelectuais projetam a República dos seus sonhos

No prefácio do já mencionado *A margem da história da República*, organizado por Vicente Licínio Cardoso, este autor dá-nos uma imagem preciosa da avaliação que os intelectuais tinham sobre sua situação e papel histórico durante a Primeira República:

“Escrevem, porque não puderam fazer ainda outra coisa senão pensar, mas sentem com a própria obra que vai surgindo (...) o irremediável das situações que vão criando: Prometeus acorrentados pela opinião pública que os esmaga com o maior dos castigos de homens livres: o silêncio horrível de uma nacionalidade sem consciência (...).” (Cardoso, 1981, p.17)

A República fora, antes de tudo, uma “idéia” no sentido forte do termo. Um

projeto de ação abraçado por uma geração de políticos e intelectuais que, como “mosqueteiros”, por ele lutaram na virada do século. Décadas após, outros intelectuais, de uma nova geração que não vira a escravidão nem o imperador, quer “construir” a República, uma vez que em seu diagnóstico muito se destruíra e pouco se edificara. O projeto continuava a ser o da República; a “vanguarda” responsável pela educação da elite política continuava a ser a dos intelectuais. Apenas os intelectuais não eram mais os mesmos, e a República também não.

A primeira e talvez a maior das conclusões que a literatura produzida sobre cultura na Primeira República nos permite chegar é a do papel de vanguarda política que os intelectuais se auto-atribuíam, e a aceitação geral na sociedade brasileira de que a eles cabia a “missão” de iluminar as elites que construiriam o povo-nação. Esta literatura é muito vasta e diversificada, e a principal razão para tal fato é a densidade dos debates ocorridos neste período. Os mais variados temas e as mais variadas posições estão presentes no campo intelectual. Tratava-se de enfrentar problemas concretos como os de saúde, educação, agricultura, imigração, organização do trabalho, serviço militar, arte etc.

As múltiplas respostas para o desenho de uma nova arquitetura política da sociedade não impediam, contudo, um ponto de convergência básico. O diagnóstico realizado pelos intelectuais é o de uma nação sem consciência, de uma sociedade sem povo, mas também sem elites competentes e capazes da grande tarefa histórica a que estavam destinadas. De tudo isso emerge a centralidade do papel da “inteligência” brasileira portadora da luz do saber, não importando, no caso, o paradigma de definição deste saber.

Um dos livros mais importantes sobre este tema, quer por seu pioneirismo, quer pela influência que exerce nos trabalhos que lhe são posteriores é *A ilustração brasileira e a idéia de universidade* (1959), do filósofo Roque Spencer Maciel de Barros. Como o título anuncia, é dele o conceito de uma “ilustração brasileira”. Ou seja, de que em fins do século XIX formou-se no Brasil um movimento ilustrado que guardou do iluminismo europeu do século XVIII uma crença radical no poder da ciência e, portanto, no papel dos intelectuais, que iluminariam o país através da cultura, da educação. A este movimento pertenceriam tanto liberais como Rui Barbosa e Joaquim Nabuco, como “cientificistas”, positivistas (ortodoxos ou heterodoxos), spencerianistas etc. É de Maciel e Barros, neste sentido, a construção da idéia de uma “geração de 1870”, que teria renovado a “mentalidade brasileira” e que se opunha basicamente à “mentalidade católico-conservadora”.

Na primeira parte de seu texto, o autor acompanha os debates político-intelectuais que se travaram na virada do século, destacando autores e apontando as questões mais candentes. Na segunda parte, situa a “idéia de universidade” como elemento fundamental para se discutir o papel do Estado e a posição dos intelectuais.

Com certeza, no amplo quadro de questões da Primeira República, a educação foi fundamental pelo entusiasmo que suscitou e pelos desdobramentos políticos que envolveu. Os intelectuais reconheciam que o Brasil não era uma nação, e uma das mais profundas razões para tal situação era a ausência de “povo”, isto é, de um povo educado — ao menos alfabetizado — que pudesse organizar-se e constituir uma “opinião pública”. Os

laços entre educação e cidadania eram óbvios no debate da época. Mas como realizar tal tarefa? O caminho deveria ser o da “instrução pública” e também profissional, onde o projeto de transformação social emergiria “por baixo”? Ele não seria muito longo e arriscado? E como percorrê-lo? Com os métodos tradicionais manuseados pela Igreja, que investira no ensino primário e secundário, ou com os métodos da “escola nova”, que ensaiava reformas em São Paulo (Sampaio Dória, 1920), Ceará (Lourenço Filho, 1925), Minas Gerais (Francisco Campos, 1927) e Distrito Federal (Fernando de Azevedo, 1928)?

Uma outra alternativa, provavelmente mais rápida e segura, era privilegiar a educação das elites que posteriormente construiriam o povo. Neste caso, o investimento deveria ser o ensino universitário, mas não mais vislumbrado nas carreiras “clássicas” de advogado, médico e engenheiro. Novas possibilidades eram essenciais, e as áreas das ciências naturais e humanas estavam em aberto. Além disso, o próprio modelo de universidade era uma questão para o debate.

No trato do tema da educação, os trabalhos de Jorge Nagle também trazem grande contribuição. Seu livro, *Educação e sociedade na Primeira República* (1974), e seu artigo na “História Geral da Civilização Brasileira”, “A educação na Primeira República” (1977), assinalam os problemas e posições que dominaram o período. Ele chama a atenção para as pregações patrióticas que agitaram os anos 10 e envolveram educação cívica, serviço militar e exercício do voto, com a presença marcante de um intelectual como Olavo Bilac. As relações entre os “movimentos-político-sociais” e as “correntes de idéias” são um ponto rico

em suas análises, pois permitem integrar o tema da educação ao contexto maior do período. Assim, é possível vislumbrar como os anos 20 foram cruciais em experimentos e disputas, e como o terreno estava adubado para a ação do Estado no pós-30.

Este mesmo tipo de observação pode ser dirigido aos debates sobre a saúde como causa do atraso do país e como razão da falta de produtividade do trabalhador nacional. Neste caso específico, não dispomos de textos como os de Nagle, e o livro de Thomas Skidmore, *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro* (1976), apesar de ter sofrido uma série de críticas, continua sendo uma opção para se tratar do impacto das expedições de Belisário Pena e Artur Neiva sobre o meio político e intelectual. Além disso, ele é útil para se trabalhar com a evolução do debate sobre raça e nacionalidade, o que envolve os temas da imigração, do trabalho do homem brasileiro e do homem negro em especial. Sobre as relações entre raça e nacionalidade na Primeira República não se pode também deixar de mencionar os livros de Renato Ortiz (1985), sobretudo seus dois primeiros capítulos, e de André Campos (1986) sobre Monteiro Lobato.

Quanto à questão do nacionalismo, vale apontar a publicação em português do trabalho do brasilianista Ludwig Lauerhass (1986), produzido como tese de doutoramento em 1972. Lauerhass faz parte do grupo de brasilianistas que em início dos anos 70, veio ao Brasil interessado em pesquisar nossa história republicana. Em seu caso, o tema escolhido é o da construção da identidade nacional desde as gerações de intelectuais de 1880 até os anos 30 e 40, quando a questão nacional torna-se problema político capital para o Estado, transcendendo

em muito os debates e projetos das décadas anteriores.

Mas a preocupação de Lauerhass tem um texto antecessor de peso: *O caráter nacional brasileiro* (2a. ed., 1969), de Dante Moreira Leite. Trabalho polêmico e hoje referência obrigatória para todos os interessados no panorama das idéias no Brasil, foi produzido como tese de psicologia social e difundiu o debate a respeito do “caráter nacional”. Outras contribuições importantes são os livros de Cruz Costa (1967), Carlos Guilherme Moura (1977) e Oliveira (1981), além do artigo de Bolívar Lamounier (1977) sobre a emergência do pensamento autoritário na Primeira República. O conceito de “ideologia de Estado” proposto por este autor tornou-se ponto central no debate de todos os que passaram a investigar a natureza do Estado e as relações que mantêm com os intelectuais no pré e no pós-30. Vinculado a este conjunto de temas estão também vários textos de Wanderley Guilherme dos Santos, dos quais gostaríamos de destacar, por seu esforço em discutir as idéias liberais no Brasil, *Ordem burguesa e liberalismo político* (1978).

Mas é a questão das letras e das artes que mobiliza por excelência os intelectuais na Primeira República e é sobre ela que existem alguns trabalhos hoje clássicos no assunto. Entre eles vale começar pelo de Alfredo Bosi (1977), onde se mapeia e avalia as vertentes literárias do período, dando-se destaque a obras como *Os sertões*, de Euclides da Cunha, e a autores como Lima Barreto e Hilário Tácio. Isso, evidentemente, para se chegar ao movimento modernista.

O livro, porém, que fez escola e é referência obrigatória é o de Antônio Cândido, *Literatura e sociedade* (1a. ed. 1965). O nome do autor já é indicação

suficiente para entendermos a influência da obra. Composta por textos escritos em diferentes momentos e para diferentes finalidades, constitui um conjunto que passaria do período colonial ao século XX de nossa literatura. Um deles é particularmente valioso, já que cobre o momento da Primeira República com vagar: “Literatura e cultura de 1900 a 1945”. Já em seu início o autor situa o dilema dos letrados: universalidade e nacionalidade. Importar “idéias e modelos” é efetivamente imitar? Como aprender com a Europa sem imitar? O que é ser universal? É possível ser universal e nacional? Ou, só é possível ser universal em sendo nacional? E o que é ser nacional?

Este elenco de questões está implícito no grande dilema intelectual que define o campo da literatura e das artes plásticas na Primeira República. Antônio Cândido nos fala dele ao situar a chamada “literatura sorriso da cidade”, expressão também utilizada por Brito Broca (1975) em outro livro importante sobre o assunto. Para Antônio Cândido, contudo, este período é praticamente um interregno entre dois grandes momentos de esplendor literário: o romantismo do século XIX e o modernismo dos anos 20. Nas primeiras décadas do século XX, prosa e poesia padeceram de excessivo formalismo e de carência de força criativa. Nem mesmo figuras como Euclides da Cunha e Lima Barreto são suficientes para contrabalançar o clima de estética morna que domina este momento literário.

Distinguindo-se parcialmente desta perspectiva e aproximando-se em aspectos fundamentais de Maciel de Barros, está o trabalho de Nicolau Sevcenko (1983). Neste texto o autor situa de forma vívida o ambiente social e político da capital federal, inserindo aí as expectati-

vas, desilusões e realizações dos intelectuais. Trabalha com a idéia da geração ilustrada e combativa de 1870 e aponta para a sua fragmentação. As obras de Euclides da Cunha e Lima Barreto são confrontadas numa dinâmica de sintonias e antinomias, e o universo da literatura da Primeira República que daí emerge é mais vigoroso do que no perfil traçado por Antônio Cândido.

Também voltados para o panorama literário da virada do século estão os trabalhos de Flora Sussekind (1985 e 1987). No caso de *Cinematógrafo de letras*, vale destacar a originalidade da abordagem, que procura apontar como o desenvolvimento técnico — introdução de novas formas de registro sonoro e de impressão — influenciam o processo de produção literária e artística em geral. O mundo dos intelectuais que viveram nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX sofre, neste sentido, um grande impacto que se reflete em suas vidas e, naturalmente, em suas concepções e manifestações artísticas.

Neste quadro amplo de intelectuais, uma figura se destaca por seu papel de referência obrigatória: Machado de Assis, o fundador da Academia Brasileira de Letras em 1897. Reconhecido hoje como o maior dos romancistas brasileiros, a produção bibliográfica analisando sua vida e sua obra não cessa de crescer em quantidade e qualidade. Alguns dos mais importantes críticos literários e cientistas sociais vêm se debruçando sobre este autor e seus trabalhos constituem material significativo para uma aproximação com o mundo intelectual da Primeira República. Entre esses nomes seria necessário citar os de Roberto Schwartz (1977 e 1987), John Gledson (1986) e Katia Muricy (1988).

Mas é o movimento modernista que concentra a maioria das análises. O que nos é possível fazer neste caso é assinalar alguns textos como os de Lafetá (1973-4), Francisco Iglésias (1975) e Eduardo J. Moraes (1978 e 1988), por exemplo. De uma forma geral esta literatura consagra a visão de que o modernismo é, ainda hoje, o maior movimento de renovação artística que já se verificou no Brasil. Deseja-se compreender o contexto histórico em que se desencadeou, procurando-se explicar por que eclodiu e por que assumiu certas características. Por outro lado, busca-se também construir uma periodização do movimento, destacando-se fases no pré-30 (como é o caso de Moraes) e aspectos distintos no pós-30 (como Lafetá e o próprio A. Cândido).

Tomando um caminho distinto e pioneiro para a análise dos intelectuais do período, estão os livros de Sérgio Miceli (1977 e 1979), que investe em uma sociologia do campo intelectual. Desta forma, ele desvenda aspectos até então não tratados, porque não valorados, desta temática. Trata-se de saber quais são as origens sociais dos autores; porque escolhem esta carreira, pois trata-se de uma carreira profissional; quem os patrocina financeiramente; como está estruturado o mercado de trabalho e o mercado para publicações. A partir destas preocupações, outras atividades e perfis de intelectuais podem ser desenhados: os editores, os críticos literários, os redatores de jornais etc. Outro aspecto fundamental levantado por Miceli é o da relação entre intelectuais e Estado, talvez o ponto mais polêmico de sua tese, sobretudo para o período do pós-30.

Finalmente seria interessante registrar o trabalho de Laurence Hallewell, *O livro no Brasil* (1985). Realizando uma

história do livro no Brasil, o autor nos permite uma aproximação rica de editores e casas editoras, revelando também este lado pouco investigado da vida intelectual do país.

Mas a despeito de toda a diversidade, o que surge desses trabalhos é a centralidade do papel do intelectual na sociedade brasileira, fato aceito com certa tranquilidade e consenso durante toda a Primeira República. Tal situação, na verdade, só seria efetivamente questionada, pelos próprios intelectuais e pela sociedade, após a Segunda Guerra Mundial, quando a República brasileira e o panorama intelectual haviam se alterado muito.

Bibliografia

ABREU, Marcelo de Paiva.

1985. "A dívida pública externa do Brasil, 1824-1931". *Estudos Econômicos*. São Paulo, 15(2): 167-190.

AMARAL, Luís.

1940. *História geral da agricultura brasileira*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional.

AURELIANO, Liana.

1981. *No limiar da industrialização*. São Paulo, Brasiliense.

AZZI, Riolando.

1977. "Catolicismo popular e autoridade eclesástica na evolução histórica do Brasil." *Religião e Sociedade*. São Paulo, 1: 125-152.

_____. 1982. "Significação histórica da Igreja na sociedade brasileira." *Revista de Cultura Vozes*. Petrópolis, 76 (6): 47-56.

_____. 1980. *A concepção da ordem social segundo o positivismo ortodoxo brasileiro*. São Paulo, Loyola.

BARROS, João Alberto Lins de.

1953. *Memórias de um revolucionário*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

BARROS, Roque Spencer Maciel de.

1959. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo, USP.

BASBAUM, Leôncio.

1976. *História sincera da República, de 1889 a 1930*. 4a.ed., São Paulo, Alfa-Omega.

BEIGUELMAN, Paula.

1967. *Pequenos estudos de ciência política*. São Paulo, Editora Centro Universitário, vol. 1

_____. 1968. *Pequenos estudos de ciência política*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, vol. 2.

BELLO, José Maria.

1969. *História da República*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional.

BOSI, Alfredo.

1977. "Letras na Primeira República" em FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil republicano*. São Paulo, Difel, vol. 2. (História Geral da Civilização Brasileira, 9).

BRETAS, Marcus Luis.

1989. "Navalhas e Capoeiras". *Ciência Hoje*, n. 59, nov.

BROCA, Brito.

1975. *A vida literária no Brasil-1900*. 3a. ed., Rio de Janeiro, José Olympio.

BRUNEAU, Thomas C.

1974. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo, Ed. Loyola.

CAMMACK, Paul.

1979. "O coronelismo e o compromisso coronelista: uma crítica". *Cadernos DCP*. Belo Horizonte, 5:1-20.

CAMPOS, André Luiz Vieira de.

1986. *A República do Picapou Amarelo: uma leitura de Monteiro Lobato*. São Paulo, Martins Fontes.

CANDIDO, Antônio.

1985. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 7a. ed., São Paulo, Ed. Nacional (1a. ed. 1965).

CANO, Wilson.

1977. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo, Difel.

_____. 1985. "Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850-1930)". *Estudos Econômicos*. São Paulo, 15(2): 291-306.

CARDOSO, Fernando Henrique.

1975. "Dos governos militares a Prudente de Moraes - Campos Sales", em FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil republicano*. São Paulo, Difel, vol.1. (História Geral da Civilização Brasileira, 8).

CARDOSO, Vicente Licínio.

1981. *À margem da história da República*. Brasília, Ed. UnB.

CARONE, Edgar.

1969. *A Primeira República (1889-1930); texto e contexto*. São Paulo, Difel.

_____. 1971. *A República Velha; evolução política*. São Paulo, Difel.

_____. 1972. *A República Velha; instituições e classes sociais*. São Paulo, Difel.

_____. 1975. *O tenentismo (acontecimentos - personagens - programas)*. São Paulo, Difel.

_____. 1979. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo, Difel.

CARVALHO, José Murilo.

1977. "As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador", em FAUSTO, Boris

- (org.). *O Brasil republicano*. São Paulo, Difel, vol.2 (História Geral da Civilização Brasileira, 9).
- _____. 1984. "Coronelismo", em *DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO*, 1930-1983. Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu (orgs.), Rio de Janeiro, Forense-Universitária: CPDOC/FINEP, vol.2.
- _____. 1987. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras.
- CARVALHO, José Murilo.
1989. "As Proclamações da República". *Ciência Hoje*, n°. 59, nov.
- CASALECHI, José Enio.
1987: *O Partido Republicano Paulista*. São Paulo, Brasiliense.
- CASTRO, Antônio Barros de.
1969. "Agricultura e desenvolvimento no Brasil", em CASTRO, Antônio Barros de. *7 ensaios sobre a Economia Brasileira*. Rio de Janeiro, Forense.
- CHALHOUB, Sidney.
1986. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo, Brasiliense.
- COELHO, Edmundo Campos.
1976. *Em busca de uma identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária.
- COSTA, Caio Túlio.
1983. *O que é o anarquismo*. São Paulo, Brasiliense.
- COSTA, Emília Viotti.
1979. *Da Monarquia à República; momentos decisivos*. São Paulo, Livr. Ed. Ciências Humanas.
- CRUZ COSTA, João.
1956. *O positivismo na República (notas sobre a história do positivismo no Brasil)*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional.
_____. 1967. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. 2a. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- CUNHA, Luiz Antônio R. da.
s.d. *Política educacional no Brasil. A profissionalização do ensino médio*. Rio de Janeiro, Ed. Eldorado.
- DEAN, Warren.
1971. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo, Difusão Européia do Livro/EDUSP. (2a. ed., São Paulo, Difel, 1976).
- DELFIM NETTO, A.
1959. *O problema do café no Brasil*. São Paulo, Faculdade de Ciências Econômicas da USP.
- DELLACAVA, Ralph.
1976. *Milagre em Juazeiro*. Trad. Maria Yedda Linhares, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. 1930-1983. 1984. Coord. Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro, Forense-Universitária; CPDOC/FINEP, 4 v. il.
- DRUMMOND, José Augusto.
1985. *A Coluna Prestes - rebeldes errantes*. São Paulo, Brasiliense (Tudo é história, 103).
- _____. 1986. *O movimento tenentista: intervenção militar e conflito hierárquico (1922-1935)*. Rio de Janeiro, Graal.
- DUARTE, Nestor.
1939. *A ordem privada e a organização política nacional*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional (Brasiliense, 172).
- DULLES, John W. Foster.
1977. *Anarquistas e comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- FACO, Rui.
1972. *Cangaceiros e fanáticos - gênese e lutas*. 3a. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- FAORO, Raimundo.
1958. *Os donos do poder*. Rio de Janeiro, Globo.
- FARIAS, Osvaldo Cordeiro de.
1981. *Meio século de combate; diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- FAUSTO, Boris.
1970. *A Revolução de 1930. História e historiografia*. São Paulo, Brasiliense.
_____. 1972. *Pequenos ensaios de História da República. 1889-1945*. São Paulo Cebrap.
_____. (org.).
1975-1981. *O Brasil Republicano*. São Paulo, Difel, 3.vol. (História Geral da Civilização Brasileira, 8, 9, 10).
- _____. 1976. *Trabalho urbano e conflito industrial (1890-1920)*. São Paulo, Difel.
- _____. 1982. "Expansão do café e política cafeeira", em *O Brasil republicano*. São Paulo, Difel, vol. 3 (História Geral da Civilização Brasileira, 10).
- FERNANDES, Heloísa Rodrigues.
1974. *Política e segurança (Força Pública do Estado de São Paulo: fundamentos históricos-sociais)*. São Paulo, Alfa-Ômega.
_____. 1978. *Os militares como categoria social*. São Paulo, Global.
- FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.)
1989. *A República na Velha Província*. Rio de Janeiro, Ed. Rio Fundo.
- FISHLOW, A.
1977. "Origens e consequências da substituição de importações do Brasil", em VERSIANI, F.R. e BARROS, J.R.M. *Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização*. São Paulo, Saraiva.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina.
1977. *Tenentismo e política (tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
_____. 1978. *Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930)*. São Paulo, Polis.

- _____. 1988. *Tenenismo e Forças Armadas na Revolução de 1930*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária.
- FRANCO, Afonso Arinos de Mello.
1955. *Um estadista da República; Afrânio de Mello Franco e seu tempo*. Rio de Janeiro, José Olympio, 3 vol. (2a. ed., Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1976).
- _____. 1973. *Rodrigues Alves; apogeu e declínio do presidencialismo*. Rio de Janeiro, José Olympio; São Paulo, EDUSP.
- FRANCO, Gustavo Barroso.
1983. *Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana*. Rio de Janeiro, BNDES.
- _____. 1989. "A primeira década republicana", em ABREU, Marcelo de Paiva. Org: *A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro, Campus.
- FRITSCH, Winston.
1980. "1924". *Pesquisa e planejamento econômico*. Rio de Janeiro, IPEA, dez. 1980, p.713-774.
- _____. 1980. "Aspectos da política econômica do Brasil: 1906-1914", em NEUHAUS, Paulo (org.) *Economia brasileira, uma visão histórica*. Rio de Janeiro, Campus.
- _____. 1983. *Aspectos da política econômica brasileira na Primeira República*. Cambridge, Universidade de Cambridge (tese de doutoramento).
- FRITSCH, Winston.
1985. "Sobre as interpretações tradicionais da lógica da política econômica na Primeira República". *Estudos Econômicos*. São Paulo, 15 (2): 339-346.
- _____. 1989. "Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930", em ABREU, Marcelo de Paiva, org. *A ordem do Progresso, cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro, Campus.
- FURTADO, Celso.
1959. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Difel.
- GALVÃO, Walnice Nogueira.
1974. *No calor da hora: a guerra de Canudos nos jornais*. 4a. ed., São Paulo, Ática.
- GLEDSON, John.
1984. *The deceptive realism of Machado de Assis: a dissenting interpretation of Dom Camurro*. Liverpool, Great Britain, F. Cairns.
- _____. 1986. *Machado de Assis: ficção e história*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- GNACARINE, José.
1975. "A economia do açúcar. Processo de trabalho e processo de acumulação", em FAUSTO, Boris (org.) *O Brasil republicano*. São Paulo, Difel, vol. I (História Geral da Civilização Brasileira, 8).
- GOMES, Ângela M. de Castro.
1979. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro, Campus.
- _____. 1988. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo, Vértice.
- GUEIROS, Osmar.
1956. *Lampião: memórias de um oficial ex-combatente das forças volantes*. Salvador, Progresso.
- HALLNER, Junc E.
1975. *Relações entre civis e militares no Brasil*. São Paulo, Pioneira.
- HALL, Michael M.
1969. *The Origins of Mass Immigration in Brazil, 1871-1914*. Columbia University (tese de doutoramento).
- HALLLEWELL, Laurence.
1985. *O livro no Brasil; sua história*. São Paulo, T.A. QUEIROZ / EDUSP.
- HARDMAN, Francisco Fext.
1984. *Nessa pátria, nem patrão! (vida operária e cultura anarquista no Brasil)*. São Paulo, Brasiliense.
- HOBBSBAWN, Eric J.
1965. *Primitive Rebels: Studies in Archaic Forms of Social Movements in the 19th and 20th Centuries*. New York, W.W. Norton.
- _____. 1969. *Bandits*. New York, Delacorte Press.
- HOLLOWAY, Thomas.
1978. *Vida e morte do convênio de Taubaté: a primeira valorização do café*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- IGLÉSIAS, Francisco.
1971. "Estudos sobre o pensamento de Jackson de Figueiredo", em *História e ideologia*. São Paulo, Perspectiva.
- _____. 1975. "Modernismo: uma reavaliação da inteligência nacional", em AVILA, Afonso (org.). *O Modernismo*. São Paulo, Perspectiva.
- _____. 1976. "Revisão de Raymundo Faoro". *Cadernos DCP*. Belo Horizonte, 3.
- _____. (org.)
1982. *Caio Prado Jr. (História)*. São Paulo, Ática.
- _____. 1985. "Agricultura em Minas Gerais na República Velha" *Estudos Econômicos*. São Paulo, vol. 15.
- INSTITUTO ROBERTO SIMONSEN.
1979. *A problemática da industrialização no Brasil*. São Paulo (resenha bibliográfica).
- JAGUARIBE, Hélio.
1962. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mûnaco.
1981. *O coronelismo*. São Paulo, Brasiliense (Tudo é História, 13).
- _____. 1986. *Os subversivos da República*. São Paulo, Brasiliense.
- KONDER, Leandro.
1988. *A derrota da dialética; a recepção das idéias de Marx no Brasil até o começo dos anos trinta*. Rio de Janeiro, Campus.

KUGELMAS, Eduardo.

1968. "A Primeira República no período de 1891 a 1909", em BEIGUELMAN, Paula. *Pequenos estudos de ciência política*. São Paulo, Pioncira, vol. 2.

_____. 1986. *Difícil hegemonia: um estudo sobre São Paulo na Primeira República*. São Paulo, USP (tese de doutoramento).

LAFETA, João Luiz.

1973. "Estética e ideologia: o modernismo em 1930". *Argumento*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, ano 1, nº 2.

_____. 1974. *1930: o crítica e o modernismo*. São Paulo, Duas Cidades.

LAMOUNTER, Bolivar.

1977. "Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação", em FAUSTO, Boris (org.) *O Brasil republicano*. São Paulo, Difel, vol. 2 (História Geral da Civilização Brasileira, 9).

LAPA, José Roberto Amaral.

1983. *A economia cafeeira*. São Paulo, Brasiliense (Tudo é História, 72).

LAUERHASS, Ludwig Jr.

1986. *Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro: estudo do advento da geração nacionalista de 1930*. Belo Horizonte/Itatiaia; São Paulo/EDUSP.

LEAL, Vítor Nunes.

1975. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo, Alfa-Ômega.

LEITE, Dante Moreira.

1969. *O caráter nacional brasileiro (história de uma ideologia)*. 2a. ed. rev., ref. ampl., São Paulo, Pioncira.

LEME, Marisa S.

1978. *A ideologia dos industriais brasileiros, 1919-1945*. Petrópolis, Vozes.

LESSA, Renato.

1987. *A invenção republicana*. São Paulo, Vênice.

LEVINE, Robert.

1975. *A velha usina; Pernambuco na federação brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

LEVY, Maria Bárbara.

1977. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IBMEC.

_____. 1980. "O Encilhamento", em NEUHHAUS, Paulo (org.). *Economia brasileira: uma visão histórica*. Rio de Janeiro, Campus.

_____. 1989. "República S.A.". *Ciência Hoje*, nº 59, nov.

LIMA, Estácio de.

1965. *O mundo estranho dos cangaceiros: ensaio bio-sociológico*. Salvador, Itapoã.

LIMA, Sandra Lúcia Lopes.

1986. *O oeste paulista e a República*. São Paulo, Vênice.

LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da.

1979. *História política do abastecimento (1918-1974)*. Brasília, Binagre.

LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos.

1981. *História da agricultura brasileira, Combates e controvérsias*. São Paulo, Brasiliense.

LINS, Ivan.

1967. *História do positivismo no Brasil*. 2a. ed. rev. aum., São Paulo, Cia. Ed. Nacional.

LINS, Wilson.

1952. *O médio São Francisco: uma sociedade de guerreiros e pastores*. Salvador, Livraria Progresso.

LOBO, Eulália.

1978. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro, IBMEC.

LOVE, Joseph.

1975. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo, Perspectiva.

_____. 1982. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

LUZ, Nícea Vilca.

1975. *A luta pela industrialização no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega.

MAITA, Octavio.

1969. *Os tenentes na revolução brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

MARAM, Sheldon Leslie.

1979. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro: 1890-1920*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

MARTINS, José de Souza.

1986. *O calveiro do terra*. 3a. ed., São Paulo, Itacitec.

MARTINS FILHO, Amílcar.

1981. *A economia política do café com leite (1900-1930)*. Belo Horizonte, UFMG/PROED.

_____. 1984. "Clientelismo e representação em Minas Gerais durante a Primeira República: uma crítica a Paul Cammeck". *Dados*, Rio de Janeiro, 27.

_____. 1987. *The White Collar Republic: Patronage and Interest Representation in Minas Gerais, 1889-1930*. Illinois, Universidade de Illinois (tese de doutoramento).

MEDEIROS, Jarbas.

1978. *Ideologia autoritária no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro, Ed. FGV.

MEENDES, Evelyse Maria Freire.

1981. *Bibliografia do pensamento político republicano (1870-1970)*. Brasília, Ed. UnB.

MELLO, J.M. Cardoso de.

1982. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo, Brasiliense.

MICELLI, Sérgio.

1977. *Poder, sexo e letras na República Velha (estudo clínico dos anatólicos)*. São Paulo, Perspectiva.

- _____. 1979. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo, Difel.
- _____. 1988. *A elite eclesiástica brasileira*. São Paulo, Difel.
- MONTEIRO, Douglas Teixeira.
1977. "Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado", em FAUSTO Boris (org.). *O Brasil republicano*. São Paulo, Difel, vol.2 (História Geral da Civilização Brasileira, 9).
- MORAES, Eduardo Jardim de.
1978. *A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica*. Rio de Janeiro, Graal.
- _____. 1988. "Modernismo revisitado". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 2:220-238.
- MORAES, Walfrido.
1963. *Jagunços e heróis*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- MORAES FILHO, Evaristo de.
1978. *O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos*. São Paulo, Alfa Ômega.
- MOTA, Carlos Guilherme.
1977. *A ideologia da cultura brasileira (pontas de partida para uma revisão histórica)*. 3a. ed., São Paulo, Ática.
- MOURA, Sérgio Lobo e ALMEIDA, José M.G. de.
1977. "A Igreja na Primeira República", em FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil Republicano*. São Paulo, Difel, vol. 2 (História Geral da Civilização Brasileira, 9).
- MURICY, Kátia.
1988. *A razão cética: Machado de Assis e as questões de seu tempo*. São Paulo, Companhia das Letras.
- NAGLE, Jorge.
1974. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo, EDUSP.
- NEHAUS, P. (ed.).
1980. *Economia brasileira: uma visão histórica*. Rio de Janeiro, Campus.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi de (coord.), GOMES, Eduardo Rodrigues, WHATELY, Maria Celina.
1980. *Elite intelectual e debate político nos anos 30; uma bibliografia comentada da Revolução de 1930*. Rio de Janeiro, FGV/INL.
- ORTIZ, Renato.
1985. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, Brasiliense.
- PANG, Eun Soo.
1979. *Coronelismo e oligarquias*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- PELÁEZ, C.M.
1971. "As consequências econômicas da ortodoxia monetária cambial e fiscal no Brasil entre 1889-1945." *Revista Brasileira de Economia*, 21.
- _____. e SUZIGAN, W.
1976. *História monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES (Série Monográfica, 23).
- PERUCCI, Gadiel.
1978. *A República das usinas (1889-1930)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy
1980. *República Velha gaúcha*. Porto Alegre, Movimento/IEL.
- _____. 1983. *A Revolução Federalista*. São Paulo, Brasiliense.
- _____. 1988. *A burguesia gaúcha - dominação do capital e disciplina do trabalho*. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio.
1975. *Política e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____. 1977. "Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política", em FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil republicano*. São Paulo, Difel, vol.2 (História Geral da Civilização Brasileira, 9).
- _____. 1977. "O proletariado industrial na Primeira República", em FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil republicano*. São Paulo, Difel, vol. 2 (História Geral da Civilização Brasileira, 9).
- _____. e HALL, Michael M.
1979. *A classe operária no Brasil: Documentos (1889-1930)*. Vol.1: O movimento operário. São Paulo, Alfa-Ômega.
- _____. e _____. 1981. *A classe operária no Brasil: Documentos (1889-1930)*. vol. 2: Condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado. São Paulo, Brasiliense.
- PORTO, Angela, FRITSCH, Lilian de A. e PADILHA, Sylvia F. (ed.).
1985. *Processo de modernização do Brasil, 1850-1930, Economia e sociedade: uma bibliografia*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa/Banco Crefisul.
- PRADO, Antônio A. (org.).
1986. *Libertários no Brasil: memórias, lutas, cultura*. São Paulo, Brasiliense.
- PRADO Jr., Caio.
1966. *A revolução brasileira*. São Paulo, Brasiliense.
- _____. 1970. *História econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- PRES'ES, Luis Carlos.
1982. *Prestes: Lutas e autocríticas*. Petrópolis, Vozes.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de.
1968. *Os cangaceiros: les bandits d'honneur brésiliens*. Paris, Julliard.
- _____. 1976. *O messianismo no Brasil e no mundo*. Prefácio Roger Bastide, 2a.ed., São Paulo, Alfa-Ômega.
- _____. 1976. "O coronelismo numa interpretação sociológica", em FAUSTO, Boris (org.). *O Bra-*

- sil republicano*, São Paulo, Difel, vol. 3. (História Geral da Civilização Brasileira, 9).
- QUEIROZ, Maurício Vinhas de.
1966. *Messianismo e conflito social - a guerra sertaneja do Contestado: 1912-1916*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- QUEIROZ, Suelly Robles.
1987. *Os radicais da República*. São Paulo, Brasiliense.
- RAMOS, Guerreiro.
1961. *A crise do poder no Brasil*, Rio de Janeiro, Zahar.
- REIS, Elisa Pereira.
1985. "Interesses agroexportadores e contribuição do Estado; Brasil de 1890 a 1930", em SORJ, Bernardo e CARDOSO, Fernando Henrique (org.). *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo, Brasiliense.
- RODRIGUES, Anna Maria Moog (org.).
1981. *A Igreja na República*. Brasília, Ed. UnB.
- RODRIGUES, José Alberino.
1966. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Difel.
- RODRIGUES, Leôncio Martins.
1966. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Difel.
- SAES, Décio.
1975. *Classe média e política na Primeira República brasileira (1889-1930)*. Petrópolis, Vozes (Sociologia Brasileira, 3).
_____. 1985. *A formação do Estado burguês no Brasil: (1888-1891)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra (Estudos Brasileiros, 86).
- SAES, Flávio A.M. de e SZMRECSÁNYI, Tamás.
1985. "O Capital estrangeiro no Brasil, 1880-1930." *Estudos Econômicos*, São Paulo, 15(2): 191-220.
- SANTA ROSA, Virgínio.
1933. *O sentido do tenentismo*. Rio de Janeiro, Schmidt.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos.
1978. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo, Duas Cidades.
- SCHWARZ, Roberto.
1977. *Ao vencedor: as batatas*. São Paulo, Duas Cidades.
_____. 1987. *Que horas são?* São Paulo, Companhia das Letras.
- SCHWARTZMAN, Simon.
1970. "Representação e cooptação política no Brasil". *Dados*, 7:9-40.
_____. 1975. *São Paulo e o Estado Nacional*. São Paulo, Difel.
- SEVCENKO, Nicolau.
1983. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense.
_____. 1984. *A Revolta da Vacina: mentes insanas e corpos rebeldes*. São Paulo, Brasiliense.
- SILVA, José Luis Werneck.
1989. "O 15 de novembro e a imprensa de Paris". *Ciência Hoje*, nº 59, nov.
- SILVA, Hélio.
1972. 1889: *A República não esperou o amanhecer*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- SILVA, Sérgio S.
1976. *Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy.
1978. *Republicanism e federalismo; um estudo da implantação da República brasileira (1889-1902)*. Brasília, Senado Federal.
- SIMÃO, Aziz.
1966. *Sindicato e Estado*. São Paulo, Dominus.
- SIMONSEN, Roberto C.
1935. *Aspectos da história econômica nacional*. São Paulo, Revista dos Tribunais.
_____. 1973. *Evolução industrial do Brasil e outros aspectos*. São Paulo, Ed. Nacional.
- SINGER, Paul.
1977. "O Brasil no contexto do capitalismo internacional, 1889-1930", em FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil republicano*. São Paulo, Difel, vol. 2 (História Geral da Civilização Brasileira).
- SKIDMORE, Thomas E.
1976. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SODRÉ, Nelson Werneck.
1943. *Formação da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, José Olympio.
_____. 1962. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
_____. 1965. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
_____. 1975. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- SOUSA, Maria do Carmo Campello de.
1972. "O processo político-partidário na Primeira República", em MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. São Paulo, Difel.
- SOUZA, Amaury de.
1973. "O cangaço e a política da violência no Nordeste brasileiro", *Dados*, 10:97-125.
- STEIN, S.J.
1979. *Origem e evolução da indústria têxtil no Brasil - 1850/1950*. Rio de Janeiro, Campus.
- SUSSEKIND, Flora.
1984. *Tal Brasil qual romance - naturalismo e literatura brasileira*. Rio de Janeiro, Achiamé.
_____. 1985. *Literatura e vida literária: polêmica, diários e retratos*. Rio de Janeiro, Zahar.
_____. 1987. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SUZIGAN, Wilson.
1986. *Indústria brasileira - origem e desenvolvimento*. São Paulo, Brasiliense.

TANNURI, Luís Antônio.

1981. *O Encilhamento*. São Paulo, Hucitec.

TAUNAY, Afonso de E.

1939-1943. *História do café no Brasil*. Rio de Janeiro, DNC.

TAVARES, Maria da Conceição.

1972. "O processo de substituição de importações como modelo de desenvolvimento na América Latina", em TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro, Zahar.

TAVORA, Juarez.

1973. *Uma vida e muitas lutas*. Rio de Janeiro, José Olympio, vol.2.

TOPIK, Steven.

1988. "La Revolución Republica en Brasil i La Burguesia en el Poder?" *Siglo XIX*. México, 3(5): 9-44.

_____. 1989. *A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro, Record.

TORRES, João Camilo de Oliveira.

1961. *A formação do federalismo no Brasil*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional. (Brasiliana, 308).

_____. 1968. *História das idéias religiosas no Brasil: a Igreja e a sociedade brasileira*. São Paulo, Grijalbo.

VELLOSO, MÔNICA Pimenta.

1978. "A Ordem: uma revista de doutrina, política e cultura católica", *Revista de Ciência Política*, 21(3).

VENANCIO F., Albeno.

1977. *Das arcadas ao bacharelismo*. São Paulo, Perspectiva.

VENEU, Marcos G.

1987. "Enferrujando o sonho: partidos eleições no Rio de Janeiro". *Dados*, 30.

VERSIANI, Flávio B.

1980. "Industrialização e economia de exportação antes de 1914." *Revista Brasileira de Economia*, 34(1).

VERSIANI, F.R. e VERSIANI, M.T.

1977. "A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição", em VERSIANI, F.R. e

BARROS, J.R.M. de. *Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização*. São Paulo, Saraiva.

VIANNA, Luiz Wernick.

1975. "Estudos sobre o sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências". *BIB*, nº 3.

_____. 1976. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

_____. 1978. "Atualizando uma bibliografia: novo sindicalismo, cidadania e fábrica". *BIB*, nº 17.

VILELA, Annibal Villanova e SUZIGAN, Wilson.

1973. *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES (2a.ed. 1975).

WIARDA, Howard I.

1974. *O movimento operário católico brasileiro: os dilemas do desenvolvimento nacional*. Trad. pe. Urbano Rausch. Rio de Janeiro, Centro João XXIII, mimeo.

WIRTII, John.

1975. *O fúel da balança: Minas Gerais na federação brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

WITTER, Sebastião.

1984. *Partido político, federalismo e República*. São Paulo, Arquivo do Estado.

ZAIDAN FILHO, Michel.

1985. *PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo, Global.

Ângela de Castro Gomes é pesquisadora do Cpdoc, professora adjunta da Universidade Federal Fluminense e autora dos livros *Burguesia e trabalho* (Rio de Janeiro, Campus, 1979) e *A invenção do trabalhismo* (São Paulo, Vértice, 1988).

Marieta de Moraes Ferreira é pesquisadora do Cpdoc, professora assistente da Universidade Federal do Rio de Janeiro e coordenadora do livro *A República na velha Província* (Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora, 1989).